

UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**ABRIGO PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Rafaela Rambo

Lajeado, novembro de 2017.

Rafaela Rambo

ABRIGO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Pesquisa apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, na linha de formação específica em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Luciane Massaro de Marque

Lajeado, novembro de 2017.

"Perdi o rumo depois que minha mãe e meu irmão morreram, mas nunca aprontei nada para ninguém. Vim de Caxias porque disseram que aqui teria serviço, mas deixei currículo em várias firmas e, até agora, só me convidaram para vender droga. Prefiro puxar carrinho. As pessoas pensam que, se o cara está na rua, ou é bandido ou é vagabundo. Estou nessa pelo desemprego – não é por droga, não é por matar ninguém, não é por ter sido preso."

Paulo César Pereira. A Cara da Rua.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização – Rio Grande do Sul, Vale do Taquari, Lajeado	40
Figura 02 – Planta de situação.....	41
Figura 03 – O lote na cidade	42
Figura 04 – Curvas de níveis do lote	43
Figura 05 – Vegetação	44
Figura 06 – Árvores nativas na calçada	44
Figura 07 – Árvores nativas no lote e na calçada.....	45
Figura 08 – Árvores nativas internas ao lote	45
Figura 09 – Árvores junto ao muro do vizinho no lote	46
Figura 10 – Vias e Fluxos.....	47
Figura 11 – Existências do Entorno.....	48
Figura 12 – Usos e Atividades.....	49
Figura 13 – Alturas	50
Figura 14 – Uso do lote como estacionamento	51
Figura 15 – Presença de vegetação no lote	51
Figura 16 – Irregularidade nas dimensões do lote	52
Figura 17 – Albergue alemão e seu esquema de funcionamento	56
Figura 18 – Zoneamento – UTP 7(Quadra 05).....	57
Figura 19 – Pavimento Térreo – La Casa	62
Figura 20 – Hall de entrada e recepção com pé direito duplo – La Casa.....	63
Figura 21 – Segundo Pavimento – La Casa.....	64
Figura 22 – Pavimento Tipo – La Casa	65
Figura 23 – Vista a partir da entrada da unidade habitacional – La Casa	66
Figura 24 – Vista do estar e da cozinha da unidade habitacional – La Casa	66
Figura 25 – Fachada – La Casa	67
Figura 26 – Espaço aberto no segundo pavimento – La Casa	68
Figura 27 – Corte esquemático – La Casa	69
Figura 28 – Planta de Situação – Shelter Home for the Homeless	70
Figura 29 – (A) Pavimento Térreo e (B1 e B2) Pavimento Térreo Ampliado – Shelter Home for the Homeless.....	71
Figura 30 – (A) Segundo Pavimento e (B1 e B2) Segundo Pavimento Ampliado – Shelter Home for the Homeless	73
Figura 31 – (A) Fachadas e (B1) Cortes – Shelter Home for the Homeless.....	74
Figura 32 – Vista do Shelter Home for the Homeless	74
Figura 33 – Vista aproximadas do Shelter Home for the Homeless	75
Figura 34 – Vista internas do Shelter Home for the Homeless.....	76
Figura 35 – Planta de Situação – The Bridge Homeless Assistance Center	78
Figura 36 – Pavimento Térreo – The Bridge Homeless Assistance Center	79
Figura 37 – Segundo Pavimento – The Bridge Homeless Assistance Center.....	80
Figura 38 – Visuais dos dormitórios semi-privativos – The Bridge Homeless	

Assistance Center	81
Figura 39 – Terceiro Pavimento – The Bridge Homeless Assistance Center	82
Figura 40 – Fachada principal – The Bridge Homeless Assistance Center.....	83
Figura 41 – Edificações voltadas à praça – The Bridge Homeless Assistance Center	83
Figura 42 – Fachada do Abrigo São Chico	90
Figura 43 – Acesso ao Abrigo Marlene	93
Figura 44 – Área de lavar roupas.....	94
Figura 45 – Depósito de Produtos.....	94
Figura 46 – Acesso aos dormitórios - Armários.....	95
Figura 47 – Refeitório	95
Figura 48 – Pátio Aberto próximo da entrada.....	96
Figura 49 – Pátio Aberto que antecede o acesso aos dormitórios	96
Figura 50 – Bicicletário	97
Figura 51 – Morador de rua sobre a bancada de doações.....	99
Figura 52 – Decorrer do Evento	100
Figura 53 – Equipe organizadora e doadores	100
Figura 54 – Morador de Rua: José Júlio dos Santos.....	103
Figura 55 – Moradora de Rua: Edinuza Duarte.....	104
Figura 56 – Morador de Rua: Jeferson José Barbosa.....	105
Figura 57 – Morador de Rua: Roberval Araújo dos Santos	106
Figura 58 – Moradora de Rua: Chris Priscila.....	107
Figura 59 – Morador de Rua: João Vitor Gomes.....	108
Figura 60 – Moradora de Rua: Érica Amorim	109
Figura 61 – Morador de Rua: Gleimárcio Nunes da Silva	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Normativa frente a população em situação de rua	16
Tabela 02 – Estimativa da população em situação de rua por parte municipal e grande região - Brasil	19
Tabela 03 – Identificação e classificação da população em situação de rua	25
Tabela 04 – Quadro de áreas para o abrigo a ser projetado.....	37
Tabela 05 – Índice de Aproveitamento.....	58
Tabela 06 – Taxa de Ocupação	58
Tabela 07 – Altura das Edificações	59
Tabela 08 – Padrões de recuo para Recuos de Jardim	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Gênero	27
Gráfico 02 – Escolaridade	28
Gráfico 03 – Principais motivos de escolha pela rua.....	29
Gráfico 04 – Local onde costumam dormir	30
Gráfico 05 – Declaração de problemas de saúde	30

LISTA DE ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACVAT	Associação dos Caixeiros Viajantes do Vale do Taquari
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD Único	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEED	Leadership in Energy Environmental Design
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NBR	Norma Brasileira
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PUC/RS	Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEDESE	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SLAN	Sociedade Lajeadense de Atendimento à Criança e ao Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Ações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
3	ORIGEM	14
	3.1Histórico de iniciação de população de rua	14
	3.2Primeiros abrigos	17
	3.2.1Brasil	18
	3.2.2Porto Alegre.....	20
	3.2.3Lajeado	21
4	TEMA.....	23
	4.1Justificativa	23
	4.2Morador de rua.....	24
	4.2.1Caracterização.....	26
	4.2.2Motivação.....	30
5	EQUIPAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA.....	33
	5.1Abrigo	33
	5.2Albergue	34
	5.3Casa de passagem.....	34
	5.4República.....	35
6	PROGRAMA DE NECESSIDADES	36
7	ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	40
	7.1Localização da cidade.....	40
	7.2Apresentação do terreno	41
	7.3Justificativa do terreno	41
	7.4Levantamento Planialtimétrico	42
	7.5Vegetação	43
	7.6Hierarquia viária e fluxos	46
	7.7Análise do entorno	47
	7.8Usos e atividades.....	48
	7.9Alturas	49
	7.10Levantamento fotográfico.....	50
8	LEGISLAÇÃO	53
	8.1Tema	53
	8.1.1Código de Edificações Municipal	54
	8.1.2Neufert.....	55
	8.1.3NormasTécnicas	56
	8.2Terreno	57
	8.2.1Plano Diretor Municipal	57

9	REFERENCIAIS DE ARQUITETURA	61
	9.1La Casa - EUA	61
	9.2Shelter Home for the Homeless - Espanha.....	65
	9.3The Bridge Homeless Assistance Center – Dallas, Texas (EUA)	76
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
	APÊNDICES	87

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário, a “desigualdade é um substantivo feminino, que determina caráter, estado de coisas ou pessoas que não são iguais entre si; dessemelhança ou diferença.” Entretanto o conceito deste termo não é tão simples, pois abrange também inúmeras indiferenças criadas pelo homem, tais como a cultural, racial, étnica, sexual, religiosa e para com as deficiências tanto físicas quanto psicológicas. Sendo assim gera desconforto, descaso e exclusão social para com essas pessoas, que acabam por ser descartadas, tal como destaca Pereira (2014). A população carrega consigo uma grande dificuldade em lidar com a diferença, considerando a exclusão a melhor forma de se livrar de algumas situações.

Perante a lei somos todos iguais e, a Constituição Federal de 1988 possui como um de seus fundamentos principais a dignidade humana, que é de direito de cada um dos brasileiros. O que de fato não ocorre como deveria ser e isso é nitidamente perceptível em se tratando para com os moradores de rua. Segundo as colocações de Pereira (2014), é na rua que eles sentem na pele o peso da desigualdade e da exclusão social, perdem sua identidade, são vítimas ou causadores de violência tanto física quanto psicológica, estão frente a frente com as drogas, as bebidas e a prostituição. As situações nas quais vivem são de forma insalubre e desumana, sendo que por vezes agrupam-se, pois são aceitos nas suas condições de igualdade. Essas pessoas, assim como qualquer outra, são sujeitos sociais, que merecem serem respeitadas bem como respeitar e, que tentam de forma ou outra sobreviver no mundo que, principalmente nos dias atuais, é tão cheio de regras e de fácil descarte, seja de coisas ou pessoas.

Os motivos que levam uma pessoa em sua trajetória de vida a optar por fazer da rua o seu lar são os mais diversos. E, ao tornar o céu como telhado, o tempo vai passando, e muitos se acostumam desta forma, perdendo total zelo pela vida.

Conforme cita Ogg (2014), ao ocorrer essa apropriação de certo local, sendo por muitas vezes de escolha as praças e parques, acaba por gerar um grande problema urbano, pois por onde ficam os moradores de rua, vão se criando zonas de insegurança e violência urbana para a população. Devido aos costumes que vão desenvolvendo para conseguirem sobreviver nas ruas, eles acabam fazendo uso dos equipamentos públicos de forma indevida, e pela falta de higiene estão suscetíveis a muitos problemas de saúde física e/ou mental.

Para a grande maioria desta população, o que falta de fato são oportunidades, acesso a educação, cursos profissionalizantes, trabalho e a inclusão social. Sendo assim, surgiram os pontos de acolhimento, os quais acabam por salvar muitas dessas pessoas, ofertando nova vida, esperança e alegrias. Para ser viável uma instituição para essa finalidade que promova, além de uma boa arquitetura, a inclusão social e o reestabelecimento desse público para com a sociedade, é preciso uma fundamentação profunda onde o objetivo seja a definição do que seria um abrigo ideal.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir dos aspectos apontados na introdução busca-se desenvolver este trabalho, que é voltado a abrigagem de pessoas em situação de rua, e visa fundamentar através de estudos, pesquisas bibliográficas, entrevistas e visitas técnicas, uma proposta destinada a suprir a necessidade dessas pessoas na cidade de Lajeado, que virá a ser desenvolvida no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso II.

Em formalidade, alguns pontos a serem destacados seguem listados na sequência:

- Aspectos relevantes frente ao contexto histórico do surgimento desta situação.
- Aspectos relevantes sobre a identificação desta população.
- Fatores que permeiam a escolha por morar nestas condições precárias.
- Apresentar e justificar as necessidades que o tema exige.
- Apresentar o programa de necessidades para uma boa introdução do projeto arquitetônico.
- Apresentar informações pertinentes ao local escolhido para ser implantada a proposta.
- Apresentar referências arquitetônicas existentes, a fim de boas soluções de projeto relativas ao tema proposto.
- Apresentar o que seria uma arquitetura com estrutura que tenha condições de boa acolhida e contribua para com que as pessoas desabrigadas construam novos projetos de vida, restaurando sua integridade e reinserindo-se socialmente.
- Apresentar um projeto que é humanitário de forma a assemelhar-se a arquitetura residencial. Uma fachada convidativa e interiores aconchegantes, com ambientes, mobiliários, disposição e setorização tal qual uma residência.
- Apresentar um projeto sustentável tanto para gerar a economia da infraestrutura quanto para a educação dos desabrigados frente ao meio ambiente.

3 ORIGEM

Os registros frente à existência de pessoas em situações de rua são de muitos séculos atrás. Assim como hoje, os motivos que levavam as pessoas a fazerem da rua o seu lar sempre foram dos mais distintos.

3.1 Histórico de iniciação de população de rua

Conforme registros históricos e relatos de Queiroz (2009), a partir do desenvolvimento capitalista e o sistema regido por Ford como meio de produção, fazendo uso de máquinas foi cada vez menos necessário o trabalho braçal humano, assim foram sendo extintas muitas profissões o que acabou por deixar muitas pessoas sem ter o que fazer. A perda de direitos trabalhistas, a substituição das políticas de proteção social pelas políticas de caráter compensatório, a quebra dos sindicatos, o crescimento dos trabalhos informais, salários incertos entre outros, ameaçaram muitos dos trabalhadores assalariados.

Queiroz (2009) relata que de 40 anos para cá, houve um crescimento urbano muito acelerado, devido à migração das pessoas em busca de oportunidades e melhores condições de vida, movimento conhecido como êxodo rural. Muitos conseguiram empregos, sendo assim, cada vez mais pessoas se deslocavam o que acabou resultando em pessoas excedentes as funções, então eis que surge o trabalho precário, o desemprego e, finalmente a crise em 1980. Com a crescente globalização, as indústrias precisavam encontrar um meio de acelerar suas produções e acabaram por terceirizar grande parte de serviço e fazer uso de estruturas mecanizadas, a fim de reduzir custos, a mão de obra precisou ser retirada de onde fosse possível. Com base a isto, Mattoso (1999) expõe dados indicando que o desemprego atingiu um em cada cinco habitantes e os empregos informais passaram a fazer parte da vida de dois em cada cinco habitantes. Estando o Brasil em estado de desigualdade estrutural, acarretou em milhares de habitantes como

sem terra, teto, emprego, salário e sem visão de futuro promissor. Silva (2009) frisa que por não existir nenhuma política que garantisse um direito à moradia digna e a exclusão social pelas diferenças de poder aquisitivo, na qual ou você é muito pobre ou é muito rico, acabaram por levar muitas pessoas às ruas, jogados a própria sorte enfrentando preconceito e à invisibilidade. A discriminação para com essa população, seja pela aparência pessoal, pela higiene corporal ou por qualquer outra forma acaba por prejudicar o acesso das mesmas seja na política pública ou na possibilidade de sair das ruas.

No ano de 2009, foi lançada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, por parte da Presidência da República. Tal política buscava compreender as necessidades destas pessoas e criar leis que os beneficiassem. Entre os anos de 2009 e 2013, o Governo Federal juntamente com as prefeituras municipais, abriram 2469 unidades do Centro de Referência de Assistência Social, o CREAS, somados aos já existentes, totalizam 7968 unidades no país. Além do CREAS, foram abertas 175 unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, mais conhecido como Centro POP.

Brasil (2015) através do guia de atuação ministerial em ação nacional visando à defesa dos direitos voltados a pessoas em situação de rua, regulamentado em Brasília, vem frisar que a condição da rua também vem por parte da culpa que a sociedade impõe a essas pessoas por se encontrarem nessa situação, exigindo delas que se desvinculem das ruas. Com essa realidade, é necessário cuidado para que as ações lançadas sejam focadas na construção da autoimagem e identidades positivas, fazendo com que essas pessoas sejam autocríticas frente a sua situação e queiram novos projetos e trajetórias para si mesmas.

O termo exclusão social possui seu significado relacionado com pessoas ou grupos desfavorecidos, como o próprio nome já diz, a exclusão social é o fato de ser excluído da sociedade. Pode ocorrer por inúmeros fatores, tais como a pobreza, deficiência, desemprego, cultura, raça, e afins. A população brasileira no todo faz contato diário com moradores de rua. Essa mesma população passa por essa parcela sem enxergá-los e com total desinteresse frente a essa problemática. Contrapondo a exclusão, temos a inclusão social, esta que visa incluir na sociedade as pessoas com menos condições e oportunidades, tais como destinar vagas de trabalho, de estudo e acessibilidade (PEREIRA, 2014).

Na cartilha disponibilizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram listadas as normativas adotadas em prol da atenção à População em Situação de Rua, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 – Normativa frente à população em situação de Rua.

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO
1988	Constituição Federal	Conquista da democracia entre os cidadãos do país, após os anos de regimento da ditadura militar.
2004	Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	Assegura cobertura a população em situação de rua.
2005	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	Regulamenta aspectos da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.
30/12/05	Lei nº 11.258	Altera o parágrafo único do artigo 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II – às pessoas que vivem em situação de rua.” Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial.
2005	I Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua	Em Brasília foram debatidas diretrizes, estratégias e recomendações a serem criadas para a formulação de políticas públicas, após ser feita a quantificação e caracterização dessa população.
25/10/2006	Decreto	Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.

12/12/2006	Portaria Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nº 381	Um financiamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua, para municípios com mais de 250 mil habitantes.
2007/2008	Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua	Visavam um censo que determinasse um quantitativo dessa população.
2009	II Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua	Em Brasília, houve debate e defesa da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.
11/11/2009	Resolução CNAS nº 109	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
23/12/2009	Decreto nº 7.053	Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.
22/11/2010	Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC	Reuniu orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
28/12/2010	Portaria Nº 843	Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências.
2012	Portaria 139/2012	Dispõe sobre parâmetros para o cofinanciamento federal para oferta de serviços socioassistenciais pelo Centro POP.
2015	III Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua	Tem por objetivo empoderar essas pessoas e fortalecer seu protagonismo.

Fonte: Autora (2017), com base nos dados disponibilizados pela Secretaria Social e de Direitos Humanos (2011).

3.2 Primeiros abrigos

Os moradores de rua enfrentam uma grande luta interna frente a difícil decisão de manter para si a liberdade que possuem nas ruas ou receber o conforto dos abrigos. São durante as noites mais frias que geralmente eles buscam algum

lugar no qual possam escapar do frio. Mas, muitos deles ainda consideram melhor a si mesmo a permanência em via pública, fazendo das praças, calçadas e avenidas o seu leito de descanso, utilizando cobertores e caixotes de papelão como forma de se aquecer, muitas vezes ao relento. Tal situação não é fator recente no mundo, visto que sempre existiram aqueles que optaram por fazer da rua a sua morada, bem como também sempre houveram os que estavam dispostos a ajudar ou oferecer algum tipo de oportunidade.

3.2.1 Brasil

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mais conhecido como IPEA (2016), o Brasil não possui um número oficial que informe a quantidade de moradores de rua, por ser uma população transitória, há uma grande dificuldade em conceituar e mensurar esse público. Eles não possuem endereço fixo, mas fazem uso de logradouros público como local de permanência provisória, por muitas vezes se aglomeram em grupos distintos. Outro fator que dificulta esse levantamento é que muitas pessoas ao dia circundam pelas ruas, e à noite frequentam instituições e albergues, com tempo de permanência incerto.

Dos poucos registros que se tem, em se tratando da existência das pessoas em situação de rua, Ogg (2014) relata que antigamente existiram algumas instituições que lançaram as primeiras iniciativas a fim de auxiliar essas pessoas, tais quais foram feitas pela Pastoral do Povo da Rua (1970/1980), em entidade da Igreja Católica nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Essas iniciativas tiveram cunho religioso e implantaram casas de assistência para acolher a quem precisava e também organizavam movimentos populares visando auxílio a eles.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o aumento de atendimento para com essa população, foi sendo realizado/conquistado a partir do momento em que houve um aumento expressivo desse público em tal situação. Em 1993 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte através do Programa de População em Situação de Rua, passou a discutir, elaborar e implantar políticas públicas que fossem capazes de reverter o quadro de exclusão social, buscando conhecer a realidade e o porquê de elas optarem por tal situação, para enfim implantar atividades de apoio e reabilitação

deles para com a sociedade.

Em 2002 a Secretaria Municipal da Saúde da mesma cidade, implementou o programa Saúde da Família, voltado ao atendimento exclusivo à essa população. São Paulo, pouco tempo depois, seguiu o mesmo caminho, assim como o Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

O fato de não existir dados oficiais frente à quantidade de pessoas que estão em situação de rua, é um dos fatores que tornam impossível a criação de legislação pertinente. Visando minimizar essa dificuldade, Marco Antônio Carvalho Natalino, que é um especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea, juntamente com demais profissionais, fizeram uso de dados disponibilizados pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abrangendo 1924 municípios, com os quais conseguiram estimar essa população. Essa estimativa foi baseada em níveis de crescimento demográfico, centralidade, vulnerabilidade sociais e afins, assim como também as pessoas em situação de rua já cadastradas no Cadastro Único para Programa Sociais do governo Federal, o CAD Único. Conforme a Tabela 02, em 2015 somou-se um total de 101.854 pessoas em situação de rua no nosso país.

Tabela 02 – Estimativa da população de rua (municipal e grande região) – Brasil.

Porte Suas	Grande região	Número de municípios	População em situação de rua	Total de municípios (%)	Total em situação de rua (%)
Pequeno I	Norte	276	429	5,00	0,42
	Nordeste	1.195	2.302	21,50	2,26
	Sudeste	1.145	1.933	20,60	1,90
	Sul	943	1.131	16,90	1,11
	Centro-Oeste	360	961	6,50	0,94
	Total	3.919	6.757	70,40	6,63
Pequeno II	Norte	111	653	2,00	0,64
	Nordeste	428	2.711	7,70	2,66
	Sudeste	285	2.674	5,10	2,63
	Sul	147	1.341	2,60	1,32
	Centro-Oeste	72	877	1,30	0,86
	Total	1.043	8.255	18,70	8,10
Médio	Norte	43	595	0,80	0,58
	Nordeste	113	2.363	2,00	2,32
	Sudeste	99	3.465	1,80	3,40
	Sul	53	1.313	1,00	1,29
	Centro-Oeste	17	650	0,30	0,64
	Total	325	8.385	5,80	8,23

Grande	Norte	18	1.716	0,30	1,68
	Nordeste	53	8.393	1,00	8,24
	Sudeste	133	16.981	2,40	16,67
	Sul	46	7.416	0,80	7,28
	Centro-Oeste	16	3.103	0,30	3,05
	Total	266	37.608	4,80	36,92
Metrópole	Norte	2	1.007	0,00	0,99
	Nordeste	5	7.095	0,10	6,97
	Sudeste	6	24.740	0,10	24,29
	Sul	2	4.821	0,00	4,73
	Centro-Oeste	2	3.186	0,00	3,13
	Total	17	40.848	0,30	40,10
Total	Norte	450	4.399	8,10	4,32
	Nordeste	1.794	22.864	32,20	22,45
	Sudeste	1.668	49.792	29,90	48,89
	Sul	1.191	16.021	21,40	15,73
	Centro-Oeste	467	8.777	8,40	8,62
Total		5.570	101.854	100	100

Fontes: Natalino (2016) conforme dados disponibilizados por Brasil (2013, 2014, 2015); IBGE (2015) e Ipea (2015).

A população de rua concentra-se nos municípios maiores, sendo 40,1% destas vivem em municípios que possuem mais de 900.000 habitantes, já 77,02% em municípios com mais de 100.000 habitantes e 6,63% do total, estão distribuídos em 3.919 municípios com até 10.000 habitantes, somando 6.757 moradores de rua. Mas, para 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, pretende incluir essa informação no Censo Demográfico.

3.2.2 Porto Alegre

Conforme registros disponibilizados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, mais conhecida como FASC, em Porto Alegre, as abrigagens tiveram início a partir do ano de 1988, com o Albergue Municipal Bom Jesus, que na época era gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social. Em 1994, com a instituição da Lei Municipal 7414/94 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a FASC assumiu esse trabalho e acabou por transformar o albergue em Abrigo Municipal visando receber grande parte ou toda a população de rua. Neste mesmo ano, a FASC criou parceria com a PUC/RS a fim de realizar uma pesquisa sobre a realidade dessas pessoas, e concluíram que era de extrema e urgente necessidade a criação de serviços com atendimento de forma integral.

Pela demanda, em 1995, inauguraram o Abrivência, que funcionava como abrigo, local de atendimento social de rua e como casa de convivência. Em 2001, houve a separação destas partes, ficando ali somente o Abrigo. Sendo assim, a FASC lida com dois abrigos, o Bom Jesus e o Marlene, tal qual foi visitado e tem sua descrição no apêndice. A partir de dados listados no ano de 2010, nos dois foram atendidas 605 pessoas, com idade variando entre 22 e 59 anos. A grande maioria delas apresenta alguma doença, tal como dependência química, alcoólica, HIV, sofrimento psíquico e mental, tuberculose, entre outras.

3.2.3 Lajeado

Conforme levantamento realizado no início de 2017 na cidade de Lajeado (RS), o Centro de Atenção Psicossocial, o CAPS, chegou a um número de 8 mulheres e 60 homens que vivem em situação de rua. Pelos mais diversos fatores, principalmente pela dependência química e alcoólica e pelo abandono das suas famílias, e quando o motivo é este, geralmente é por se tratar de problemas de saúde mental.

Nas noites congelantes da cidade, os moradores de rua eram recebidos para pernoitarem no Ginásio Nelson Brancher, ginásio adjunto ao Parque Professor Theobaldo dos Dick. Como relatado pela voluntária Franciele Schmitz em reportagem ao Jornal A Hora dos Vales (2016), a situação saiu do controle e, fundaram a Casa de Acolhida. Esta que locava-se em uma residência existente na Rua Júlio de Castilhos e foi inaugurada em junho de 2016 após o óbito de um morador de rua devido às noites frias da cidade. Durante 40 dias de funcionamento, 20 pessoas foram encaminhadas para tratamento. A administração municipal gastava cerca de R\$ 26.500,00 mensais com a casa e a problemática não estava sendo resolvida, pois ela funcionava das 19 às 7 horas, no período fora desse horário, os moradores de rua aproveitavam para embriagar-se ou drogar-se. Após o fechamento da casa, a verba foi repassada ao Abrigo São Chico, uma entidade particular conveniada ao setor público, a qual funciona 24 horas por dia.

De acordo com informações obtidas através de uma conversa informal com a coordenação em setembro de 2017, o Abrigo São Chico foi fundado em 24 de setembro de 2001 devido à problemática social que envolvia moradores de rua que

se abrigavam embaixo da escadaria da Paróquia São Cristóvão, no bairro São Cristóvão. Por 13 anos, manteve suas atividades através de duas entidades assistenciais, fazendo uso de seus CNPJ's para receber auxílio financeiro. Mas, no início de 2015 o abrigo passou a não ser mais um serviço dependente e adquiriu sua própria razão social, passando então a ser denominado de Associação – Abrigo São Chico. Sendo assim, pôde oferecer acolhimento temporário e/ou permanente para com essa população que toma a rua como seu lar, garantindo alimentação, higiene, vestuário, bem como atendimento psicossocial e encaminhamentos para a rede de atendimento do município quando necessário for. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que recebe pessoas adultas de ambos os sexos, conforme disponibilidade de vagas. Maiores informações encontram-se descritas no apêndice.

4 TEMA

O tema a ser desenvolvido neste Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo refere-se a um abrigo para pessoas em situação de rua, e será implantado na Rua Júlio May, centro da cidade de Lajeado/RS.

4.1 Justificativa

Como já mencionado anteriormente, de acordo com o CAPS, no início de 2017, havia um total de oito mulheres e sessenta homens em situação de rua na cidade. A problemática é crescente, essa população fica geralmente ao relento, expostos a todos os tipos de perigo e desprezo. De certa forma, trata-se de uma parcela de população que é invisível aos olhos da grande maioria das pessoas que transita pelas ruas da cidade. A edificação em que hoje o São Chico está instalado, não possui uma estrutura adequada e suficiente para suprir a demanda de pessoas que hoje necessitam de um lar.

O objetivo do espaço a ser proposto é de proporcionar aos moradores de rua uma qualidade de vida digna, permitindo com que os mesmos tenham uma higienização correta, uma alimentação saudável e que possam dormir de forma aconchegante e segura, em um local onde abrigados e funcionários se queiram bem, trabalhem juntos e lutem para manterem um ambiente harmonioso. Para isso, o abrigo terá características de uma residência, com ambientes amplos, acessíveis, bem iluminados e ventilados. O acolhimento será não somente quanto ao espaço físico, mas também psicológico. Seu funcionamento se dará durante as 24 horas do dia, todos os dias da semana. Assim como em qualquer lugar, o abrigo contará com regras, como quanto a horários a serem respeitados, higiene, alimentação, convívio no geral entre outras, as quais todo abrigado será apresentado logo ao chegar. O abrigo ofertará, além da parte principal que é um leito aconchegante para cada morador de rua, oficinas dos mais variados tipos que ensinarão alguma profissão a

quem está disposto a aprender. A intenção é manter os abrigados ativos e com vontade de crescimento, possuindo fluxo permanente de público externo disposto a empregar estas pessoas, propiciando atividades e ocupações úteis.

O Abrigo para Pessoas em Situação de Rua é viabilizado por iniciativa de poder público/privado, engajados na retirada dessas pessoas das vias públicas. O objetivo não é fazer com que elas percam a conexão com a cidade fazendo com que essas pessoas não sejam mais vistas pela população, mas sim, convencer aos que não tem moradia a aceitarem um leito individual, em um local habitável e que de fato possibilita vida nova com qualidade a esse grupo, fazendo com que eles voltem a se sentir como parte da sociedade, e que neste ponto de encontro eles acabem sendo apoio para uns com os outros.

4.2 Moradores de rua

“[...] Toda a sociedade brasileira tem contato diário com os moradores de rua, as pessoas parecem, porém olhá-los sem enxergá-los, como se fizessem parte da paisagem. Via de regra, quase ninguém parece preocupar-se com este contingente, não se comovendo sequer com a situação de milhares de crianças, que crescem sem cuidados, sem higiene, sem alimentação adequada, sem teto, sem nada.” (TAVEIRA; ALMEIDA, 2002, p. 38).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os moradores de rua se enquadram em um:

“Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular”. (BRASIL, 2015, p. 11).

Nem todos que estão nessa situação conseguem se reerguer, tamanha a dificuldade frente à inclusão social. Não conseguem um local para trabalhar e obter renda a fim de reorganizar suas vidas e seguir em frente. Enfrentam diversas adversidades, tal como menciona Taveira:

“A exclusão econômica, social, cultural e política não são as únicas formas de violência conhecidas pelos Moradores de Rua. Ela se apresenta sob

outras e degradantes formas. Além da violência psicológica, que talvez pelos mecanismos de defesa que vão sendo forjados pela vida sem expectativas, até deixa de ser percebida, há a violência física, uma constante em suas vidas” (TAVEIRA; ALMEIDA, 2002, p. 56).

Na rua, sofrem perdas diárias, além de sofrimento e indiferença. A Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua, constatou altos índices de discriminações que essas pessoas sofrem, sendo impedidas de entrar em locais como transporte coletivo e postos de saúde, por exemplo. Conforme relata ao HuffPost Brasil, Virginia Torrecillas de Ulhoa (2017), psicanalista e mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, "Talvez a grande solidão vivida pelo morador de rua seja o lugar de invisibilidade e indiferença que ele ocupa socialmente. Na nossa cultura, ele supostamente é a representação daquilo a ser evitado, do perigo do qual é preciso manter distância".

A Casa de Convivência da cidade de São Paulo, em 2011, fez uma pesquisa e concluiu que as pessoas em situação de rua podem ser identificadas e classificadas por estágios de tempo em que se encontram nessa situação. Isso pelo fato de que a partir do momento em que iniciam a vivência neste cotidiano, essas pessoas entram em processo de rejeição e aceitação. A Tabela 03 relaciona a classificação citada.

Tabela 03 – Identificação e classificação da população em situação de Rua.

ESTÁGIO	CLASSIFICAÇÃO
RECÉM-DESLOCADOS	Ao iniciar o processo de adaptação na rua, se não forem doentes mentais, eles demonstram os mesmos comportamentos de quem já vive há bastante tempo. Eles se mostram compreensivos, com medo frente a esse novo jeito de viver em um meio tão violento. São os que mais buscam os albergues e casas de convivência para receberem alimentação e abrigo. Inicialmente, eles refletem muito sobre suas experiências vividas anteriormente e, na grande maioria dos casos, surge um forte desejo de retorno, com planos de sair das ruas.

VACILANTES	Eles enfrentam muitos medos, o que vai diminuindo conforme o ambiente que escolheram para viver vai se tornando familiar. Criam novas amizades, descobrem como conseguir abrigo, comida e companhia. Tudo, nessa fase, é constante. Há horas em que estão certos de que precisam de um emprego, outras isso já não é mais considerado necessário. Estão na fase crítica de virada de vida, um pé no passado e outro na liberdade das ruas.
OUTSIDER	Estes se concentram mais em como sobreviver na situação de rua no que na de mudar de cotidiano. Já se consideram como parte das ruas, dificilmente falam em sair delas. Aqui já ocorre uma subdivisão, tem-se os andarilhos, os mendigos e os doentes mentais.
ANDARILHOS	Considerado um trabalhador migrante, com viagens padronizadas e não aleatórias. Possuem independência e autocontrole, desprezando os novos moradores de rua que ainda não conhecem as regras por eles criadas, e também para com aqueles que vivem de esmolas de entidades de caridade ou os que aceitam apoio dos serviços sociais.
MENDIGOS	Classificado como o que não trabalha e nem migra. Esta em situação marginalizada, de dependência geralmente crônica e não se preocupam com o futuro. São preguiçosos, se tornam indiferentes e podem estar debilitados frente a anos de uso de drogas e/ou bebidas. São pedintes, vivem de doações de pessoas que ofertam ao vê-los em tal situação, ou de doações de instituições de caridade e serviço social.
DOENTES MENTAIS	São reclusos e isolados. Estes sobrevivem principalmente de doações, mendigam e pegam comida do chão.

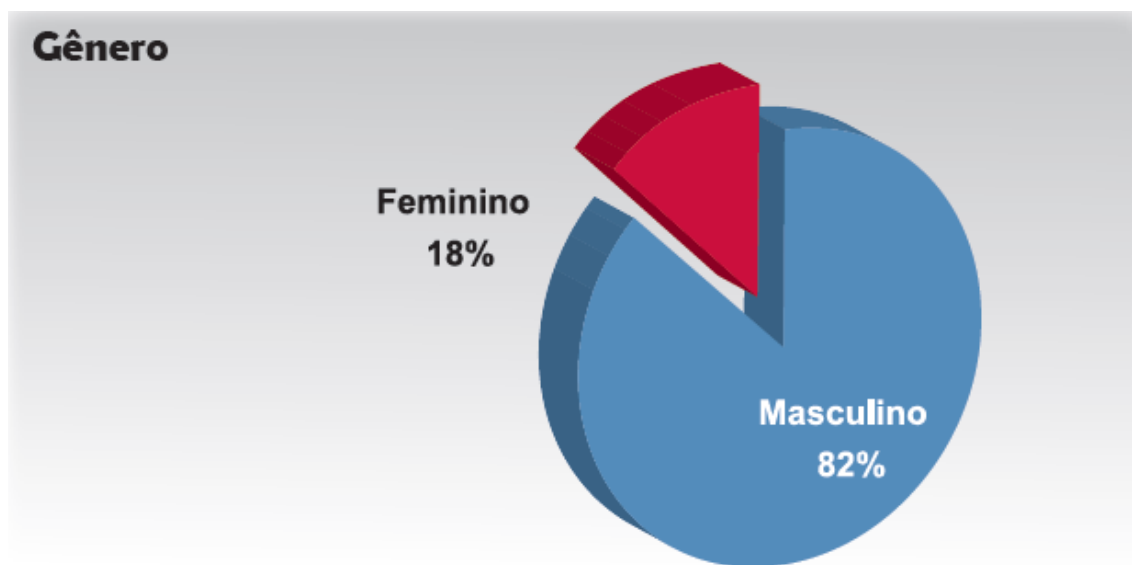
Fonte: Autora (2017), com base nos dados disponibilizados pela Casa de Convivência da cidade de São Paulo.

4.2.1 Caracterização

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) juntamente com a UNESCO (2007/2008) lançou pesquisa para chegar a alguma conclusão frente a essa população que é transitória. Foram analisados 71 municípios do Brasil com em média de 300 mil habitantes. Não foi considerado expressivo o êxodo rural e chegaram à conclusão de que 82% das pessoas que optam por viver em situação de rua são do sexo masculino, conforme vemos no Gráfico 01, com 53% em idade

variando entre 25 e 44 anos e, 67% se encaixam na raça negra.

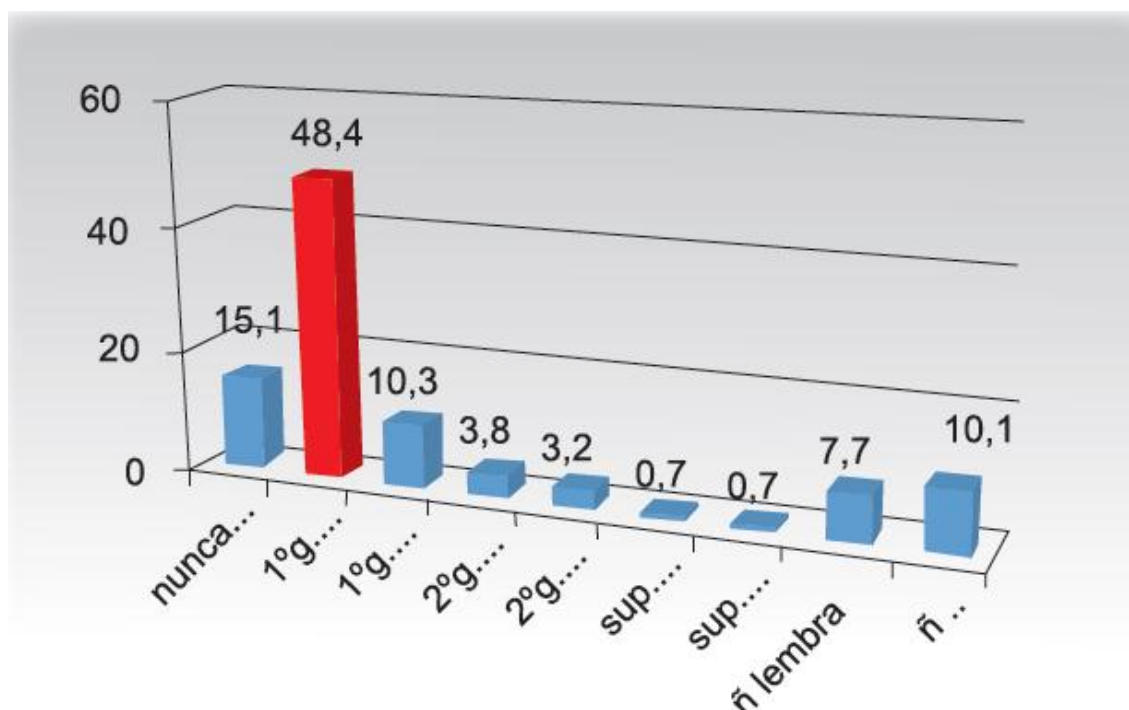
Gráfico 01 – Gênero.



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

Ainda, dentre as mais de 31 mil pessoas entrevistadas, 52% possuem fonte de renda ou atividades informais, 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas, 6,3% fazem parte da mão de obra da construção civil e 4,2% executam serviços de limpeza. Somente 15% dos moradores de rua são pedintes, o que é um número baixo, considerado pelo entendimento da população. Em quesito educação, conforme pode ser visto no Gráfico 02, impressionantes 74% são alfabetizados sabendo ler e escrever, 17,1% não e 8,3% conseguem somente assinar o nome. Dos entrevistados, 25% não possuem qualquer documento pessoal.

Gráfico 02 – Escolaridade.



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

Continuando a pesquisa, como principais motivos pelos quais passaram a viver nas ruas, conforme vemos no Gráfico 03, 35,5% listaram o alcoolismo e/ou uso de drogas, 29,8% a perda de emprego e 29,1% como motivo principal os conflitos familiares. Somando, 48,8% destas pessoas está há mais de dois anos em situação de rua ou fazendo uso dos serviços de acolhimento. 60% dos entrevistados possuem histórico de internação em uma ou mais instituições, tais como abrigo institucional, orfanato, casa de detenção ou hospital psiquiátrico. 51,9% desta população possuem parentes que residem na cidade, mas 40% destes não fazem questão e não mantêm contato com a família. Fator alarmante, visto que, quanto maior o tempo de permanência nas ruas, maior será a perda de contato com as famílias, mais difícil ainda a reintegração das mesmas.

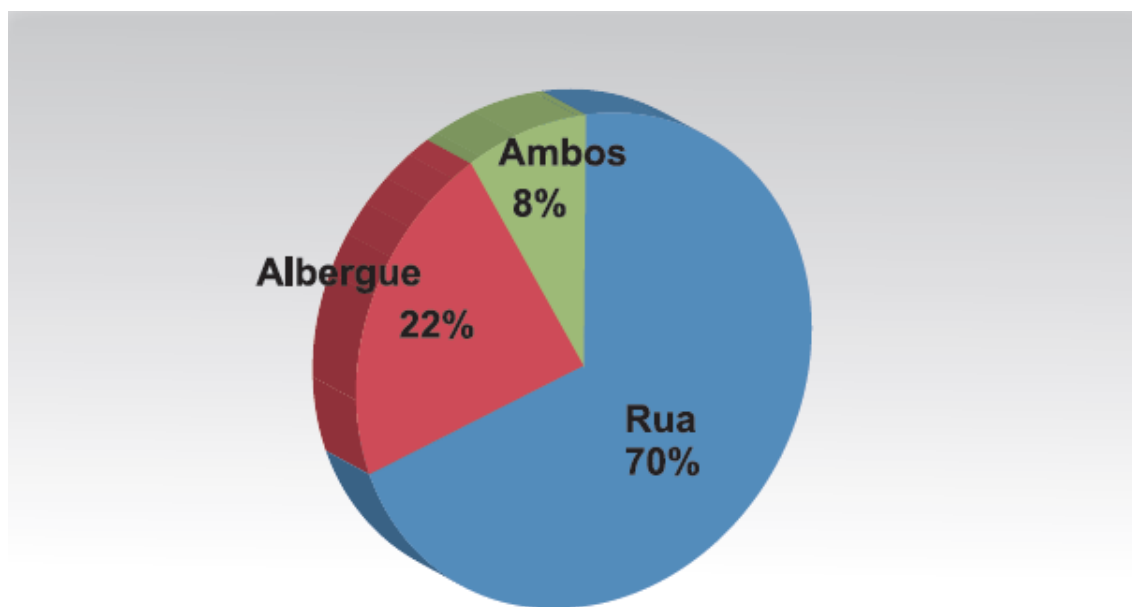
Gráfico 03 – Principais motivos de saída para a rua.



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

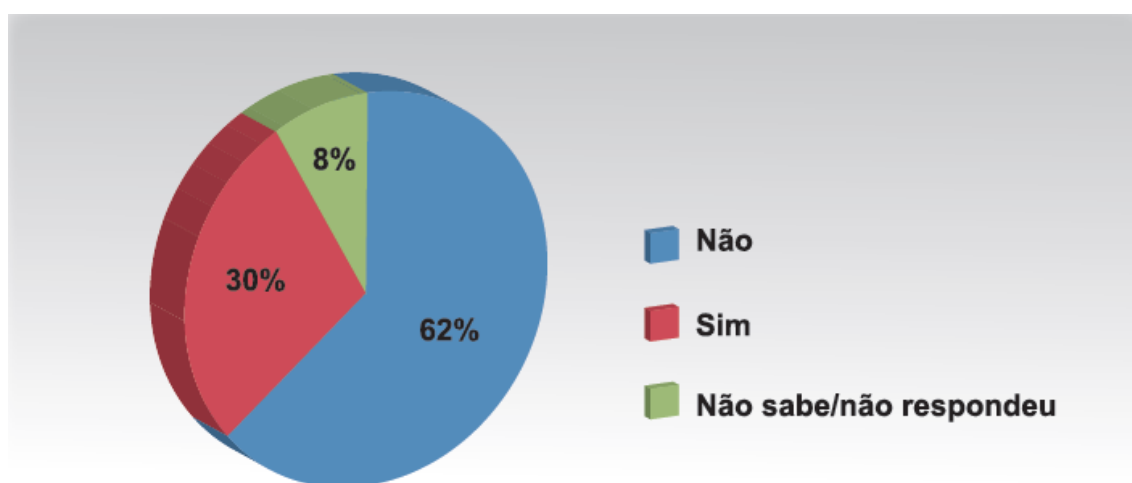
Apesar da preferência em ficar livres nas ruas, 63% destas pessoas, opta por dormir em albergues para evitar questões de violência, conforme visto no Gráfico 04. 45,2% apontam a falta de conforto nas calçadas e afins. 27,1% não se deslocam aos abrigos pela dificuldade de cumprir horários e 21,4% pelo fato de o álcool e as drogas serem proibidos nestes locais. 80% da população que vive nas ruas consegue fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que 27,4% delas compram comida com seu próprio dinheiro. 19% desta população não conseguem se alimentar diariamente. Conforme pode ser visto no Gráfico 05, 29,7% da população possui algum tipo de problema de saúde, podendo ser listados a hipertensão, problemas de visão, dermatológico, entre outros. Quase 20% fazem uso de algum medicamento, buscados nas Unidades Básicas de Saúde. Destes, 6% possuem problemas de saúde mental, 5,1% HIV e 4,6% demonstram problemas de visão ou cegueira. 90% destas pessoas não recebem qualquer benefício do governo, somente 3,2% ganham aposentadoria, 2,3% o Bolsa Família (2,3%) e 1,3% o Benefício de Prestação Continuada (MDS, 2008).

Gráfico 04 – Local onde costumam dormir.



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

Gráfico 05 – Declaração de problemas de saúde.



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

4.2.2 Motivação

Pereira (2014) ressalta que ao avistar um morador de rua é bem provável que muitas pessoas façam a si mesmas diversos tipos de questionamentos, tais como: O que levou essa pessoa a viver na rua? Vive na rua desde que nasceu? Será que foi

abandonado ou expulso de casa pela família? Será que é uma má pessoa? Qual crime cometeu?

Na grande maioria das vezes quem hoje mora na rua, já teve casa, família, amigos, emprego e por algum motivo ocorreu esse rompimento de vínculo fazendo-o chegar nesta situação. Os fatores são dos mais variados, tais como: a violência, o desejo de liberdade, o uso de drogas e álcool, o desemprego, deficiência quanto à saúde, doenças mentais, abandono, brigas familiares, entre outros. Em se falando de violência podemos listar inúmeros tipos de casos. Um deles é a violência doméstica, que pode ser psicológica, física ou devido a preconceitos. E acontecem principalmente para com as mulheres, os idosos, os jovens e as crianças. Outro grande motivo é o uso de drogas, que podem ser tanto de forma química quanto alcoólica. E é vivendo na rua, nos locais públicos, que essa população se sente livre e encontra formas para manter o vício sem interrupções de qualquer pessoa. O fato de não conseguir arranjar um emprego, também é considerado relevante na hora de optar pelas ruas, visto que como não conseguem gerar renda suficiente para atender necessidades básicas de moradia, consideram essa uma forma de escapatória. O quesito saúde é um grande problema e acaba por ser motivo forte de permanência nas ruas, existem os que enfrentam problemas mentais, deficiências, Hanseníase, AIDS, entre muitas outras doenças. Estes indivíduos por muitas vezes não conseguem cuidar-se sozinhos e acabam sendo abandonados pelas próprias famílias.

De acordo com a pesquisa nacional, isso se torna recorrente e de difícil mudança, sendo que 48,4% da população está há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergues e 30% dormem na rua há mais de cinco anos. Sendo que 69,6% costuma dormir na rua e 22,1% optam por albergues e instituições. Já 8,3 % alternam entre o conforto da cama e a beleza do céu estrelado. 95,5% desta população não participam de qualquer movimento social ou associação, não sendo atingidos pelos programas governamentais. Tais como, aposentadoria, programa Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em meados de 2016, o repórter Flávio Costa trabalhando para o UOL notícias, realizou pesquisa para o site com moradores de rua em vários pontos da capital paulista, buscando entender suas razões para buscar ou não um lugar para

se abrigar. Relatos estes que estão anexados como apêndices desta pesquisa.

Os motivos listados para esses moradores procurarem por abrigos ou albergues, são principalmente a busca de um meio para se livrar do frio, alegando ser a única solução para não congelar. Ali, eles se mantêm limpos, usam sabonete, xampu e afins. Além de receberem café da manhã com pão e café ou leite e, de janta, arroz, feijão e mais alguma mistura. Também dizem que na rua ficam sujeitos a qualquer tipo de coisas ruins, não existe condições de ficar ao relento.

Já os motivos listados para esses moradores não buscarem um abrigo são muitos, tais como a inadequação às regras, as condições supostamente insalubres de alguns desses locais, alegando que banheiros e as roupas de cama estão em más condições e há queixa frente a receberem tratamento desrespeitoso por parte de alguns funcionários. Outros já relatam que nesses locais, tudo é muito certinho, parecendo um quartel, e que por muitas vezes são instaladas regras que os próprios funcionários não respeitam. O fato de ter que dormir ou até tomar banho com pessoas estranhas ao lado, também é levado em consideração na hora de se decidirem por não ir. E quando está quente, o lugar se torna insuportável, com cheiro ruim e abafado. Já outros, optam negativamente por motivos de não ser permitido à entrada com animais. E, o mais gritante, é o de que muitas vezes até desejariam ir, mas não existem vagas suficientes para toda essa população necessitada.

5 EQUIPAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA

No Brasil (2015) através do Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua foram definidas regras partindo da Resolução nº 109, datada em 11 de novembro de 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), frisando que existem alguns serviços que compõem a proteção social básica e especial.

Ainda destacam serviços aplicáveis às pessoas em situação de rua, bem como o serviço especializado em abordagem social, o serviço especializado para pessoas em situação de rua, o serviço de acolhimento institucional e o serviço de acolhimento em república. Além disso, é possível listar o cofinanciamento federal para os serviços especializados às pessoas em situação de rua que é ofertado aos municípios com população superior 50 mil habitantes nas regiões metropolitanas.

5.1 Abrigo

De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), a palavra abrigo é um substantivo masculino que deriva da palavra abrigar e possui vários significados. Primeiramente, define por ser um local que serve para abrigar. Após, determina o abrigo como casa de assistência social onde se recolhem pobres, velhos, órfãos ou desamparados.

A Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, conhecida por SEDESE, rege que este acolhimento é destinado a famílias e indivíduos que perderam seus vínculos familiares, visando proteção a eles de forma integral. O serviço deve garantir privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade, sem preconceitos quanto à raça, religião, gênero ou orientação sexual.

Silva (2015) relata que é de suma importância que o atendimento seja realizado de forma a replicar um convívio familiar e comunitário. Deve estar inserida na comunidade e possuir características residenciais com ambiente acolhedor e

portando de uma estrutura física adequada. Há a necessidade de serem impostas regras de convivência visando assegurar a autonomia e características particulares dos abrigados. Os abrigos devem oferecer condições de habitabilidade, higiene, segurança, acessibilidade e privacidade.

O Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, Brasil (2015), rege que se possível devem ser restabelecidos os vínculos familiares e sociais, possibilitando uma convivência comunitária, além de facilitar o acesso aos órgãos do governo pelos quais eles têm direito. É de suma importância que sejam oferecidas atividades que desenvolvam aptidões, bem como capacidades e oportunidades para que os abrigados façam escolhas com autonomia, disponibilizando o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internos e externos, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

5.2 Albergue

Conforme o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), a palavra albergue primeiramente é definida por ser um local de hospedagem; albergaria e hospedaria. Seguidamente, nomeia como um lugar onde são recolhidas pessoas que requerem cuidados ou em situação de carência; hospício, asilo e albergaria. Por fim, como um local de refúgio; abrigo, resguardo e retiro. É um local que oferece pernoite, banho, janta e café da manhã.

Aldrigui (2007) define por albergue os “estabelecimentos muito simples que basicamente oferecem local para dormir com cama e colchão... Destinam-se turistas de massa, estudantes, excursionistas, peregrinos e andarilhos.”.

5.3 Casa de passagem

De acordo com o Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, Brasil (2015) anexados a apontamentos da Cartilha disponibilizada pelo SUAS com informações sobre os moradores de rua, as casas de passagem são definidas como unidades de acolhimento imediato e emergencial a demandas específicas.

Elas contam com profissionais especializados e preparados para receber todo o tipo de usuário durante 24 horas por dia, fazendo um diagnóstico frente a cada situação, para enfim, encaminhar ao local adequado. As permanências são muito breves, com tempo máximo de 90 dias, o que difere dos abrigos que oferecem atendimento continuado e com intuito de reinserção tanto na família quanto da sociedade.

5.4 República

Em se tratando de república, o Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, Brasil (2015), frisa que este serviço que é destinado para adultos em processo de saída das ruas. Onde eles se encontram em fase de reinserção social ou profissional, em processo de restabelecimento dos vínculos sociais, construção de autonomia e frente a novos projetos de vida.

Silva (2015) relata que tais equipamentos são organizados em unidades separadas em femininas e masculinas. Ali, os moradores devem ter independência e autonomia. As decisões são tomadas com a participação de todos, respeitando afinidades e vínculos construídos. Contando com equipe técnica de referência para isso de fato acontecer de forma organizada. O local deve respeitar as normas de acessibilidade e deve ser adaptado às demandas específicas do público a que se destina.

Diante dos equipamentos que podem ser disponibilizados aos moradores de rua, a tipologia Abrigo é a que receberá o programa a ser desenvolvido, fator confirmado também em visitas realizadas no decorrer do semestre B/2017 a instituições do tipo, propõe-se o programa de necessidades apresentado a seguir.

6 PROGRAMA

O programa proposto para o trabalho em questão pretende abrigar todos os moradores de rua da cidade, que estão dispostos a mudar de vida. Referencia-se em propostas existentes e contato através de visitas técnicas para com este meio, visando a eficiente prestação deste serviço, para ofertar um acolhimento seja provisório ou permanente para com aqueles que encontram nesta vida.

Quando um morador de rua chegar ou for indicado ao abrigo, será recepcionado e passará por uma triagem, sendo feito um cadastro e levantamento de dados. Estando de acordo com o que regirá a instituição, o abrigo para pessoas em situação de rua oferecerá, além das necessidades que são básicas para com esse público que nada tem, ou seja, um leito, roupas, higiene e alimentação, um acesso amplo com direito a contato com a educação, aos encaminhamentos quando se tratando de saúde, a oportunidade de trabalho, ao lazer, a segurança, enfim, a assistência total e de direito dada aos desamparados, além de atendimentos individuais e coletivos que também serão disponibilizados. Desta forma, há intenção de trabalhar a reabilitação deste público com a sociedade, possibilitando aprendizagens para arranjos de emprego, desenvolvimento emocional, lazer e a inserção social.

Os moradores farão parte do cotidiano do abrigo, tornando-se responsáveis, cuidarão das suas coisas e executarão tarefas cabíveis, sendo este um fato que já integra a pessoa a uma rotina e, conseqüentemente, a sociedade. As refeições serão feitas no coletivo e a subdivisão de ocupações, também. Haverá um espaço destinado no projeto para a guarda dos carrinhos de coleta de reciclados para os que o possuem, além de praças e espaços de convívio.

Visto que a arquitetura também tem papel fundamental para com o acolhimento e na inclusão social deste público, faz-se a tentativa de chegar a um abrigo que seria considerado como o ideal. Buscando tais soluções, é lançado uma proposta de programa, onde cada setor mencionado contará com os ambientes e as

áreas pré-destinadas, conforme pode ser visto na Tabela 04.

Tabela 04 – Quadro de Áreas para o abrigo a ser projetado.

AMBIENTE	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
ÁREA ÍNTIMA				
DORMITÓRIO FEMININO	Camas, roupeiro, mesa e cadeira	3 (4 pessoas por dormitório)	36,00	144,00
DORMITÓRIO MASCULINO	Camas, roupeiro, mesa e cadeira	15 (4 pessoas por dormitório)	36,00	540,00
SANITÁRIO FEMININO	Cuba, vaso sanitário e chuveiro	1	25,00	25,00
SANITÁRIO MASCULINO	Cuba, vaso sanitário e chuveiro	2	25,00	50,00
ÁREA DE APRENDIZADO E LAZER				
SALA MULTIUSO (FESTAS E PALESTRAS)	Mesas e cadeiras.	1	150,00	150,00
SALA DE TV	Sofás e Tv.	1	35,00	35,00
SALA DE JOGOS	Mesas e cadeiras	1	35,00	35,00
OFICINA COZINHA	Mesas, pia, torneira, fogão	1	30,00	30,00
OFICINA MECÂNICA	Mesa, cadeiras, guarda-volumes	1	30,00	30,00
OFICINA CARPINTARIA	Mesa, cadeiras, guarda-volumes	1	30,00	30,00
OFICINA INFORMÁTICA	Mesas, cadeiras, computadores	1	30,00	30,00
OFICINA LEITURA	Mesas, cadeiras, livros	1	30,00	30,00
OFICINA MÚSICA	Mesas, cadeiras, instrumentos	1	30,00	30,00
PÁTIOS INTERNOS	-	-	-	-

PÁTIOS EXTERNOS	-	-	-	-
ÁREA DE SERVIÇO				
COZINHA	Fogão, coifa, pia, geladeira, freezer, forno, mesa	1	20,00	20,00
DESPENSA	Prateleiras	1	10,00	10,00
REFEITÓRIO	Mesas, cadeiras e buffet	1	50,00	50,00
LAVANDERIA	Tanques, máquinas de lavar e secar	1	10,00	10,00
ROUPARIA	Prateleiras	1	15,00	15,00
PÁTIO DE SERVIÇO	-	-	-	-
HORTA	-	-	-	-
ATENDIMENTO				
SEGURANÇA	Estante, mesa e cadeira	1	5,00	5,00
RECEPÇÃO	Bancada e poltronas	1	15,00	15,00
TRIAGEM	Prateleiras, mesa e cadeiras	1	10,00	10,00
ENFERMARIA	Mesa, cadeiras, maca e armário	1	15,00	15,00
ATENDIMENTO INDIVIDUAL	Mesa e cadeiras	1	10,00	10,00
ATENDIMENTO COLETIVO	Mesa e cadeiras	1	20,00	20,00
ARQUIVO CONFIDENCIAL	Arquivo	1	5,00	5,00
SALA MEDICAMENTOS FIXOS	Prateleiras identificadas por morador	1	5,00	5,00
FUNCIONÁRIOS				

SALA DE REUNIÃO	Mesa, cadeiras e projetor	1	30,00	30,00
S. COORDENAÇÃO	Mesas, cadeiras, armário, computadores	1	10,00	10,00
SALA MONITORES	Mesas, cadeiras e armário	1	10,00	10,00
SALA FUNCIONÁRIOS	Mesas, cadeiras e armário	1	20,00	20,00
SANITÁRIOS FEMININO FUNC.	Cuba, vaso sanitário e chuveiro	1	5,00	5,00
SANITÁRIOS MASCULINO FUNC.	Cuba, vaso sanitário e chuveiro	1	5,00	5,00
ESTACIONAMENTO	-	-	-	-
ESTACIONAMENTO CARRINHOS DE COLETA	-	-	-	-
BICICLETÁRIO	-	-	-	-
CANIL	-	-	-	-
ÁREA TÉCNICA				
AR CONDICIONADO	-	-	-	-
CORREIO	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
LIXOS	-	-	-	-
GÁS	-	-	-	-
QUADRO DE ENERGIA	-	-	-	-
RESERVATÓRIO	-	-	-	-
ÁREA TOTAL				
SOMATÓRIO	1.454,00 m²			

Fonte: Autora (2017).

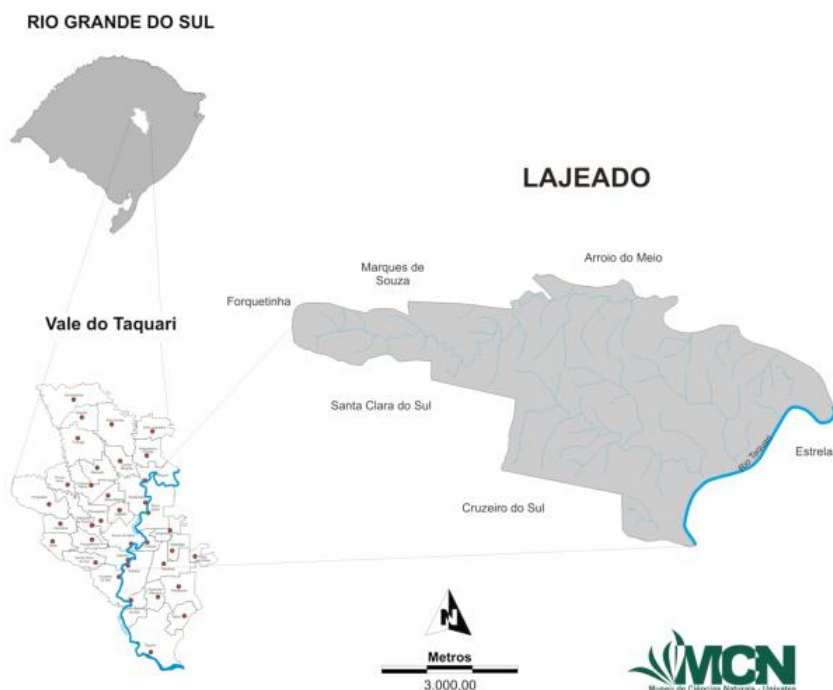
7 ÁREA DE INTERVENÇÃO

Vários aspectos foram levados em consideração no momento de escolha do lote para o tema proposto. Para justificar a área escolhida, o terreno deve ser analisado em todo o seu contexto.

7.1 Localização da cidade

Lajeado, localizado no Rio Grande do Sul, é município brasileiro com cerca de 80.000 habitantes, conforme dados do IBGE (2010) e loca-se na área central do Vale do Taquari, distando 112 km da capital do estado, Porto Alegre. Na Figura 01, disponibilizado pela Revista Espacios (2012), tem-se um olhar do macro ao micro da localização de Lajeado dentro do Estado. Cidade esta, que possui suma importância visto que atrai pessoas de todo o Estado, seja por questões de educação, lazer ou trabalho.

Figura 01 – Localização – Rio Grande do Sul, Vale do Taquari, Lajeado.

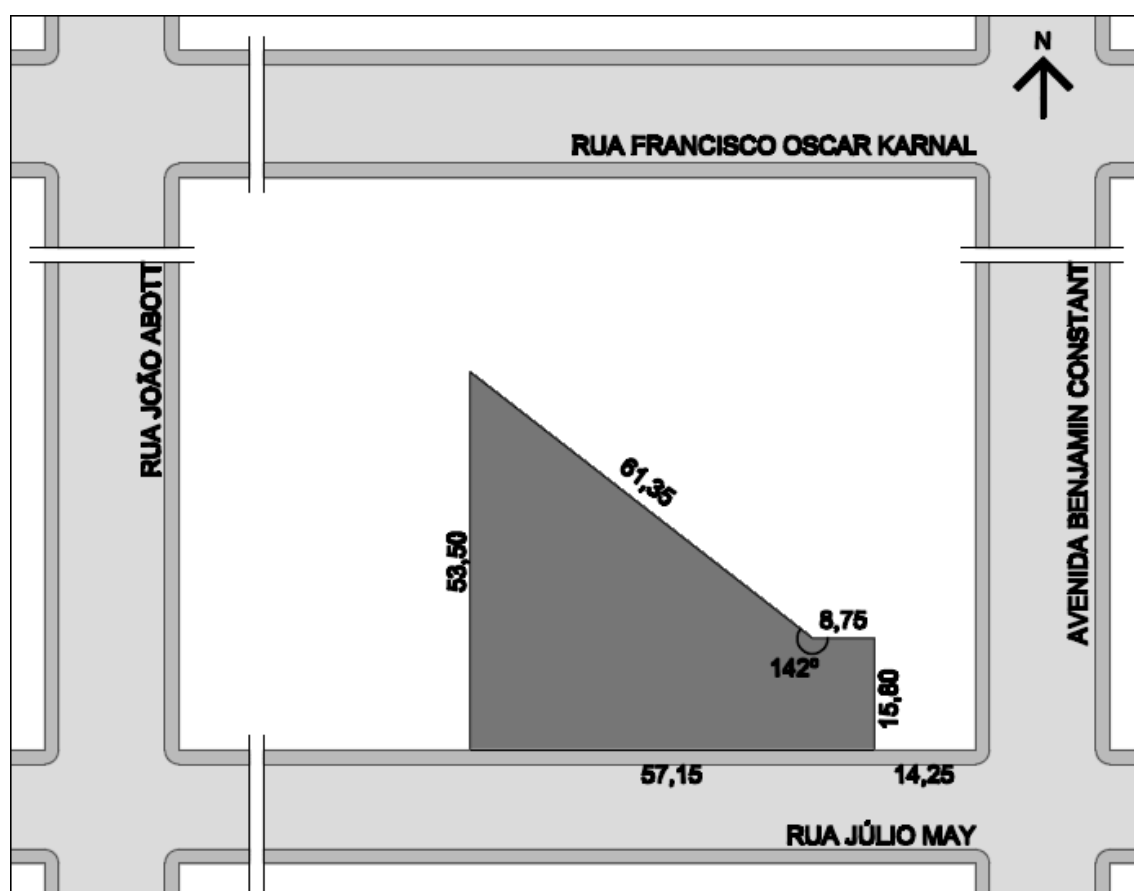


Fonte: ROSA; PÉRICO; REMPEL (2012, p. 4).

7.2 Apresentação do terreno

O projeto será situado na Rua Júlio May, proposto no Bairro Centro da cidade de Lajeado. O lote escolhido para dar partido ao projeto do Abrigo para Pessoas em Situação de Rua é de formato irregular, possuindo 1.710,16 m² de área total. Sua testada mede 57,15 m e é voltada para a Rua Júlio May, bem como demonstrado na Figura 02.

Figura 02: Planta de Situação (Sem escala).



Fonte: Autora (2017).

7.3 Justificativa do terreno

Para garantir que os moradores de rua possam sair, bem como retornar diariamente, é de grande importância que o local de implantação do abrigo seja devidamente escolhido, garantindo que se tenha acesso e que não seja distante dos

pontos dos quais eles costumeiramente pernoitam. Sendo assim, a proximidade com as principais praças que se locam ao centro da cidade, que são de fato as escolhas de permanência e encontro deste público, é questão chave a ser levada em consideração desta escolha. Na Figura 03 é possível observar essa interligação entre praças e lote. O lote em questão é do poder público e é um vazio urbano que, tem por função momentânea, um estacionamento. Potencializando o terreno, tem-se como vizinho frontal o CRAS, assistência do qual eles também usufruem e ao fundo do lote, no outro lado da quadra, funcionam o EJA e o CAPS Infantil e Juvenil. Bem próximos também equipamentos como hospital, brigada militar e afins.

Figura 03: O Lote na cidade.



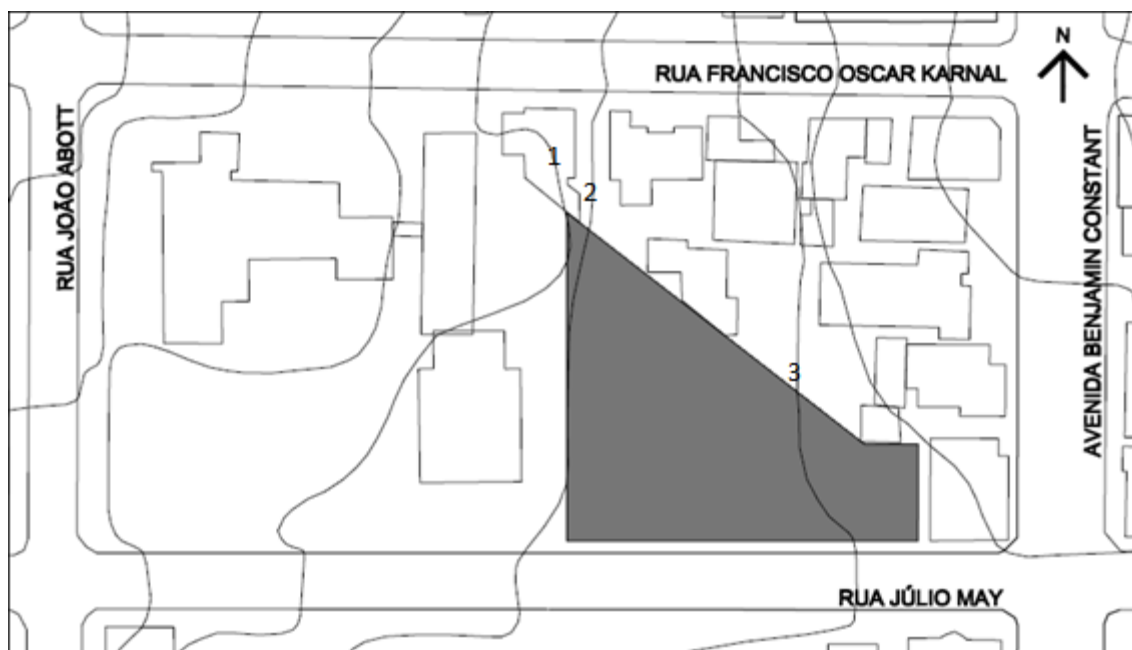
Fonte: Google Maps (2017) com numeração por parte da Autora (2017).

01 – Lote; 02 – Parque dos Dick; 03 – Praça da Matriz; 04 – Praça do Chafariz

7.4 Levantamento planialtimétrico

A topografia do terreno abrange três curvas de níveis, possíveis de serem analisadas na Figura 04. Com 3 m de desnível, por sua extensão, aparentemente encontra-se planificado e no mesmo nível da rua. O lote, apesar de estar próximo ao Parque dos Dick que é inundado pelas cheias do Rio Taquari, não sofre desta problemática.

Figura 04 – Curvas de níveis do lote (Sem escala).

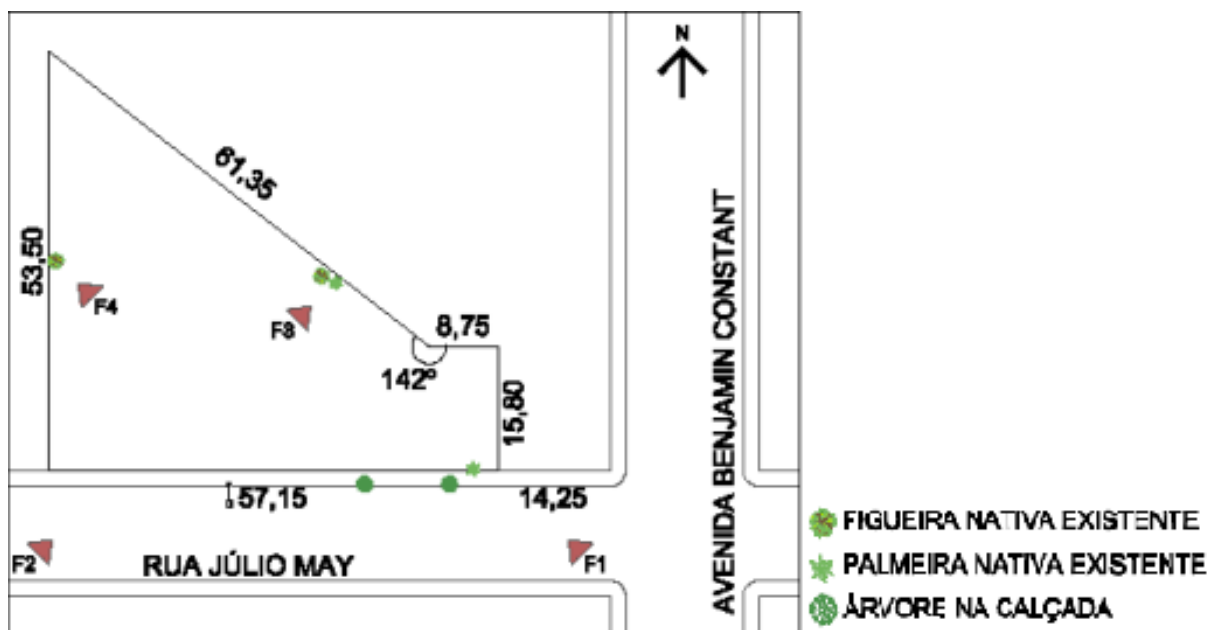


Fonte: Autora (2017).

7.5 Vegetação

O terreno possui uma vegetação de médio e pequeno porte. O lote apresenta quatro delas enquadradas em espécies nativas, estas que serão mantidas e, as demais, a partir da concepção do projeto, poderão vir a ser retiradas se necessário for. Na calçada também há vegetação, conforme pode ser analisado na Figura 05.

Figura 05 – Vegetação (Sem escala).



Fonte: Autora (2017).

Na Figura 06, claramente podem ser analisadas as árvores que se encontram na calçada, classificadas como Pata de Vaca e Extremosa.

Figura 06 (F1) – Árvores nativas na calçada (Vista da esquina da Avenida Benjamin Constant com a Rua Júlio May).



Fonte: Autora (2017).

Já na Figura 07, além das árvores que se encontram na calçada, avistam-se algumas internas ao lote, estas que são das espécies nativas, Figueiras e Palmeiras.

Figura 07 (F2) – Árvores nativas no lote e na calçada.



Fonte: Autora (2017).

A Figura 08 mostra de forma mais aproximada às árvores nativas internas ao lote, das espécies Figueiras e Palmeiras.

Figura 08 (F3) – Árvores nativas internas ao lote.



Fonte: Autora (2017).

Na Figura 09, na qual vemos o lote lindeiro que ostenta a escola, junto ao muro percebe-se uma grande quantidade de vegetação. Tem-se apenas uma de espécie nativa, do tipo Palmeira, as demais são todas de fácil e permitida retirada, se necessário for.

Figura 09 (F4) – Árvores junto ao muro do vizinho no lote.

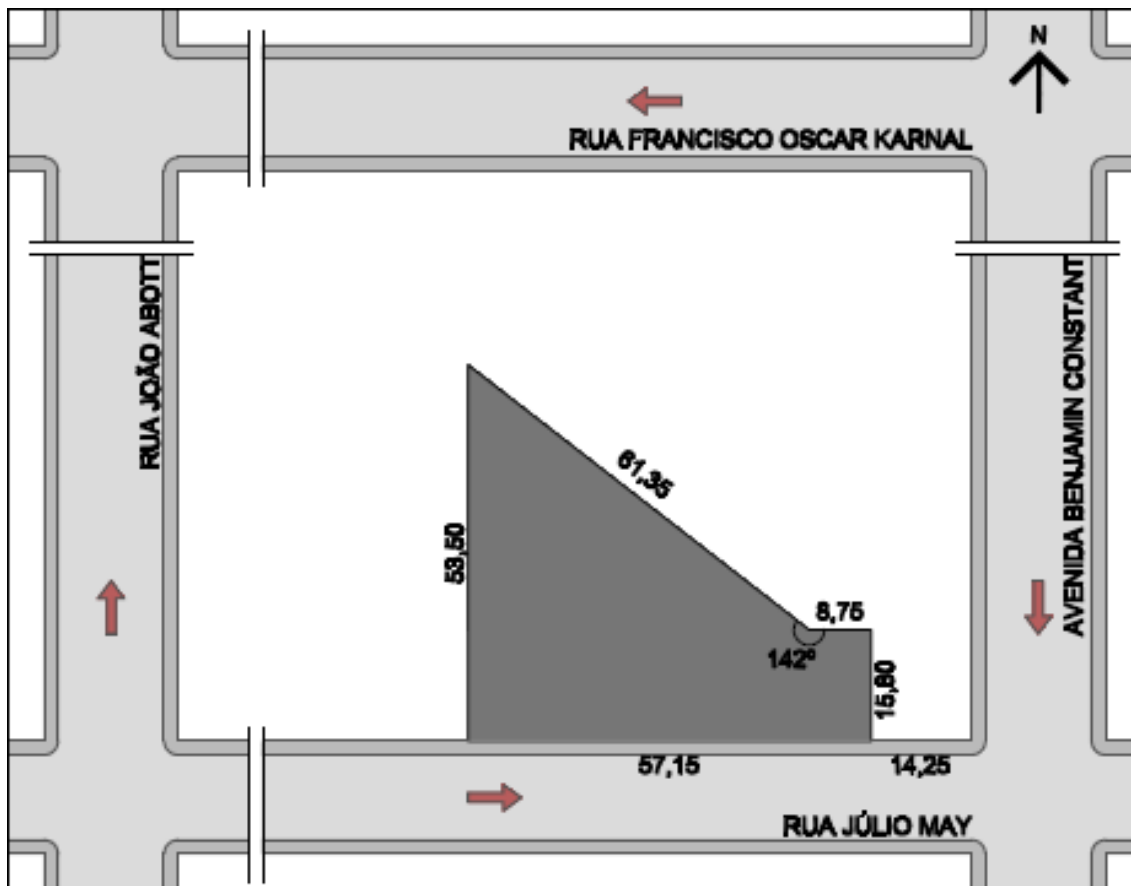


Fonte: Autora (2017).

7.6 Hierarquia viária e fluxos

A testada do lote é voltada para a Rua Júlio May, esta que é uma via local de fluxo em sentido único, direcionado à Avenida Benjamin Constant e, em seu cruzamento há um semáforo. São duas faixas de rolamento e possui estacionamento dos dois lados. O local de fluxo diário é considerado com intensidade mediana, visto que é uma das ruas que leva às principais do bairro Centro.

Figura 10 – Vias e fluxos (Sem escala).

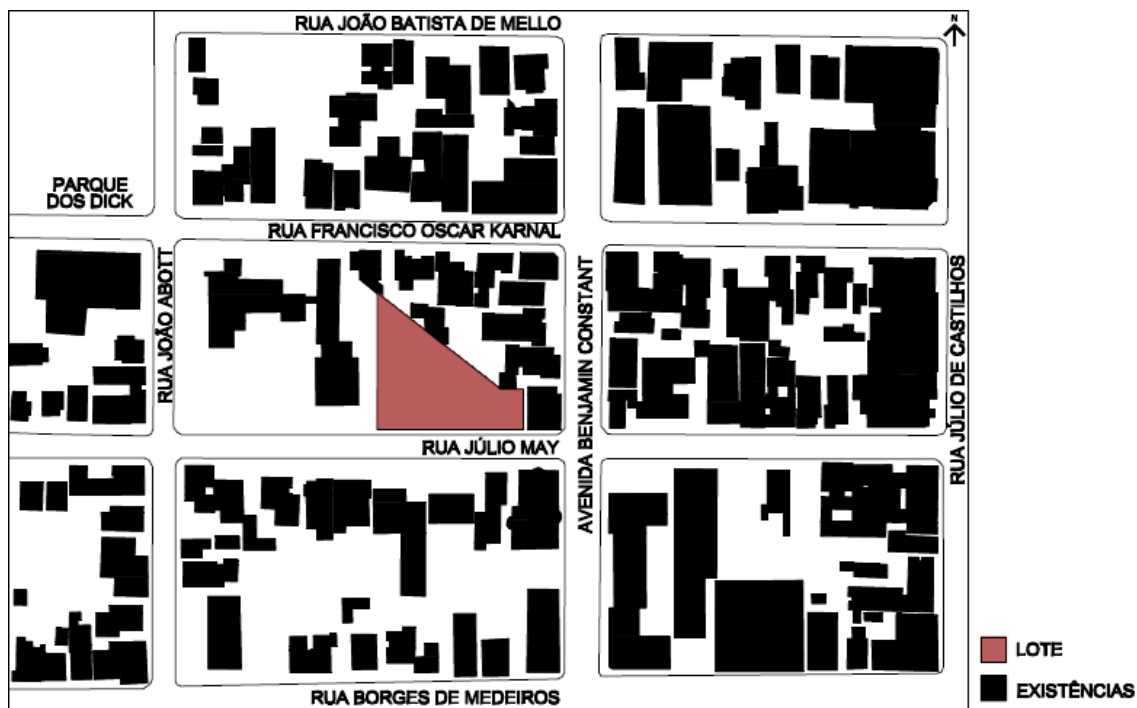


Fonte: Autora (2017).

7.7 Análise do entorno

Por se tratar da área central da cidade, o entorno do lote encontra-se consolidado, como se verifica na Figura 11. O seu entorno imediato abrange várias funções, estando dentre elas diversos dos equipamentos que serão de uso desta parcela da população que será abrigada.

Figura 11 – Existências do entorno (Sem escala).

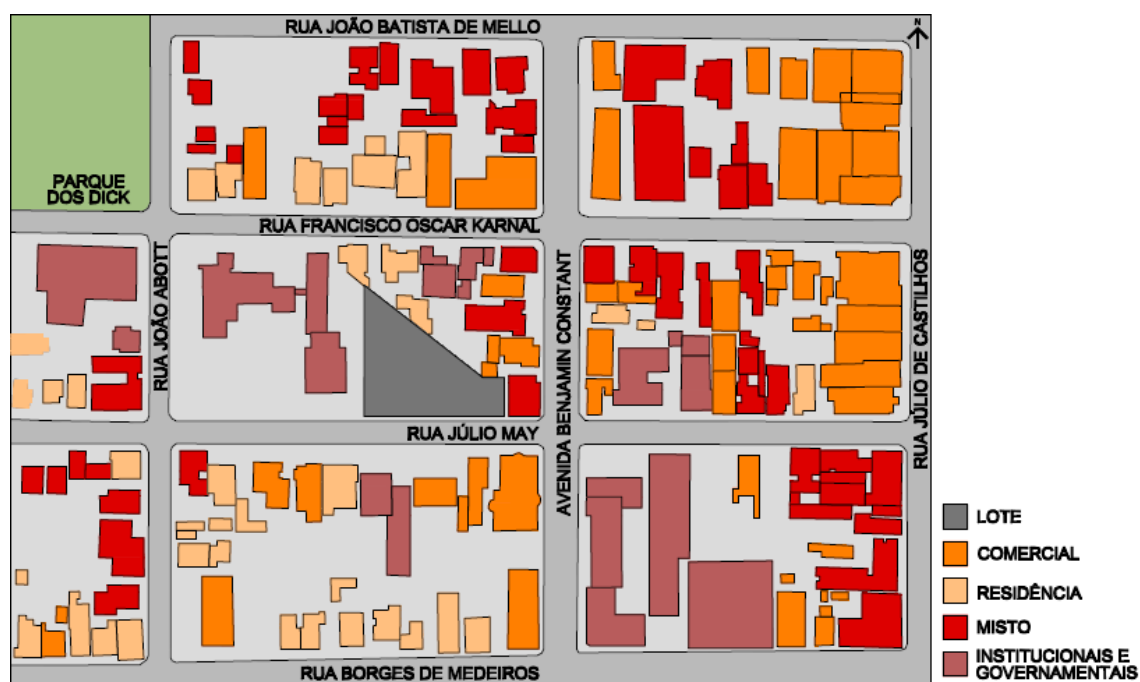


Fonte: Autora (2017).

7.8 Usos e atividades

Sendo uma área central da cidade, o entorno do terreno apresenta-se de forma bem variada, e acaba por oferecer além de residências e comércio, vistos na Figura 12, equipamentos urbanos bem importantes nos arredores do abrigo, como por exemplo, o CRAS que se localiza bem em frente ao lote, assim como o EJA, brigada militar e não tão distante, o Hospital Bruno Born.

Figura 12 – Usos e atividades (Sem escala).

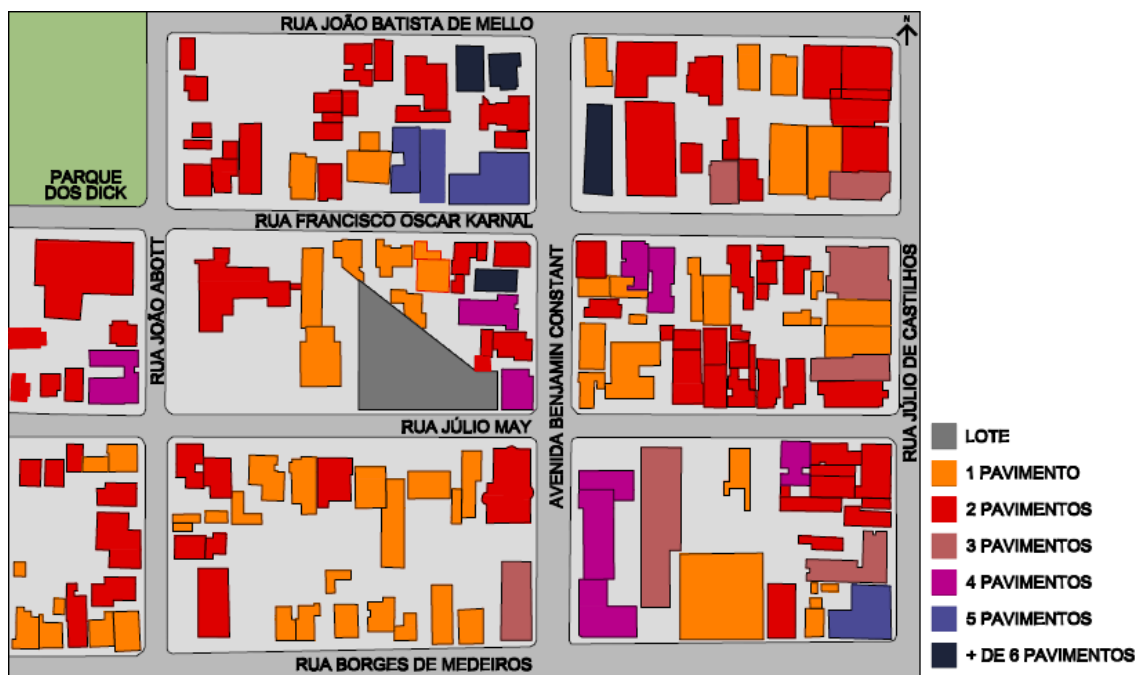


Fonte: Autora (2017).

7.9 Alturas

Apesar de ser uma área bem consolidada, apresenta grandes alturas de forma esporádica. Há predominância de construções com alturas de 1 ou 2 pavimentos, de acordo com a Figura 13.

Figura 13 – Alturas (Sem escala).



Fonte: Autora (2017).

7.10 Levantamento fotográfico

O terreno escolhido para desenvolver o projeto do Abrigo, foi visitado e registrado de forma fotográfica visando o entendimento e compreensão espacial do mesmo.

Na Figura 14, observa-se o uso que se faz presente no lote atualmente, é um estacionamento. A fotografia foi também tirada em direção ao fluxo da via, sentido à Avenida Benjamin Constant.

Figura 14 – Uso do lote como estacionamento.



Fonte: Autora (2017).

Na Figura 15, além da vegetação, observa-se o triângulo que se forma ao fundo do lote, visto que o mesmo contempla um formato irregular.

Figura 15 – Presença de vegetação no lote.



Fonte: Autora (2017).

Já na Figura 16, pode ser percebida a irregularidade das dimensões do terreno em si, conforme já apresentado. E, de maneira quase que imperceptível, nota-se o seu desnível.

Figura 16 – Irregularidade nas dimensões do lote.



Fonte: Autora (2017).

8 LEGISLAÇÃO

Para a segunda etapa deste trabalho, na qual será desenvolvido o projeto arquitetônico ao qual essa pesquisa foi fundamentada, existem leis de suma importância a serem respeitadas. A seguir, inicia-se um levantamento das principais legislações pertinentes ao tema e ao terreno.

8.1 Tema

O guia de atuação ministerial em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (2015) lança condicionantes importantes que devem ser levados em consideração ao ser projetado um abrigo para essa população, alguns mais relevantes listados a seguir.

“2.2. Os abrigos institucionais e as casas de passagem deverão conter espaços para a acomodação de animais de estimação e guarda de carrinhos de coleta de material reciclável das pessoas atendidas;

2.3. O abrigo institucional de acolhimento deve apresentar características residenciais, com ambientes aconchegantes, bem iluminados, com ventilação adequada e infraestrutura que priorize espaços de fácil locomoção e circulação de pessoas.

2.4. Ambos os serviços deverão necessariamente ser prestados de forma ininterrupta (24 horas), com horários flexíveis para entrada e saída de usuários de acordo com sua própria necessidade;

2.5. Os espaços do abrigo institucional e da casa de passagem devem, obrigatoriamente, possuir as seguintes características essenciais: (a) QUARTOS com espaço suficiente para a acomodação de até 4 (quatro) pessoas, com camas individuais, além de armários para guarda individualizada de pertences pessoais; (b) COZINHA com espaço suficiente para organização dos utensílios e preparação de alimentos para o número de usuários; (c) SALA DE JANTAR/REFEITÓRIO, que deve ser um espaço adequado para acomodar as pessoas atendidas a cada refeição; (d) BANHEIROS com espaço para 1 (um) lavatório, 1 (um) sanitário e 1 (um) chuveiro para uso individual de até 10 (dez) pessoas, sendo que ao menos

um dos banheiros deverá ser adaptado para Pessoa com Deficiência; (e) ÁREA DE SERVIÇO com lavanderia equipada para lavar e secar roupas dos usuários e de uso comum do serviço; (f) SALA PARA EQUIPE TÉCNICA com estrutura adequada para o desempenho do trabalho (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões etc.), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva; (g) SALA PARA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, que abrigará espaço com mobiliário suficiente para a acomodação da equipe administrativa e da coordenação, com área reservada para guarda de prontuário com segurança e sigilo e espaço/mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística etc.).” (BRASIL, 2015, p. 39)

8.1.1 Código de Edificações

Em análise ao Código de Edificações de Lajeado, Lei nº 5.848/96, tem-se diversas coordenadas para o partido do projeto. Condicionantes legais frente a escadas, rampas, corredores, iluminação, ventilação, dutos, poços e pátios são alguns dos itens que serão analisados e levados em consideração. Além destes, destacam-se:

“Em se tratando de Edificações não Residenciais, seguir:

CAPÍTULO II - Edificações não Residenciais

Seção I - Condições Gerais

Art. 107 - São edificações não residenciais, aquelas destinadas à instalação de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 108 - As edificações não residenciais deverão ter:

I - pé-direito mínimo de 2,80 m até 50 m², 3,00 m até 150 m² e 3,50 m acima disto;

II - estrutura e entrepisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

Art. 111 - Os sanitários deverão ter no mínimo o seguinte:

I - pé-direito de 2,40;

II - paredes até a altura de 1,50 m e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - vaso sanitário e lavatório;

IV - quando coletivo, um conjunto de acordo com a norma NB-833 (NBR

9050);

V - incomunicabilidade direta com cozinhas;

VI - dimensões tais que permitam a instalação dos aparelhos, garantindo:

a) acesso aos mesmos, com largura não inferior a 55 cm;

b) afastamento de 15 cm entre os mesmos;

c) afastamento de 20 cm entre a lateral dos aparelhos e das paredes.

Parágrafo Único - Para fins de dimensionamento dos sanitários serão consideradas as seguintes dimensões mínimas:

Lavatório - 50 cm x 40 cm

Vaso e Bidê - 40 cm x 60 cm

Local para Chuveiro - área mínima de 0,63 m² e largura tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 70 cm.

Art. 112 - Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despesas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - ser dimensionados conforme equipamento específico;

II - ter piso e paredes até a altura mínima de 2,00 m, revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.” (LAJEADO, 1996, p. 107)

“Seção VII - Asilos, Orfanatos, Creches e Congêneres

Art. 124 - Os asilos, orfanatos e congêneres deverão obedecer, além das determinações deste Código, que lhes forem aplicável, as seguintes condições:

I - terem as salas de aula ou recreação, pé-direito mínimo de 3,00m, quando tiverem área superior a 30m²;

II - terem dormitórios com área mínima de 6,00 m² destinados a uma pessoa e 4,00 m² por leito, nos de uso coletivo;

III - quando se tratar de berçário, ter área proporcional a 2,00 m² para cada berço;

IV - as instalações sanitárias deverá o ser separadas para cada sexo a ser prevista na proporção de 1 vaso

sanitário, 1 chuveiro e 1 lavatório para cada 15 leitos, devendo ter instalação sanitária independente para o pessoal de serviço;

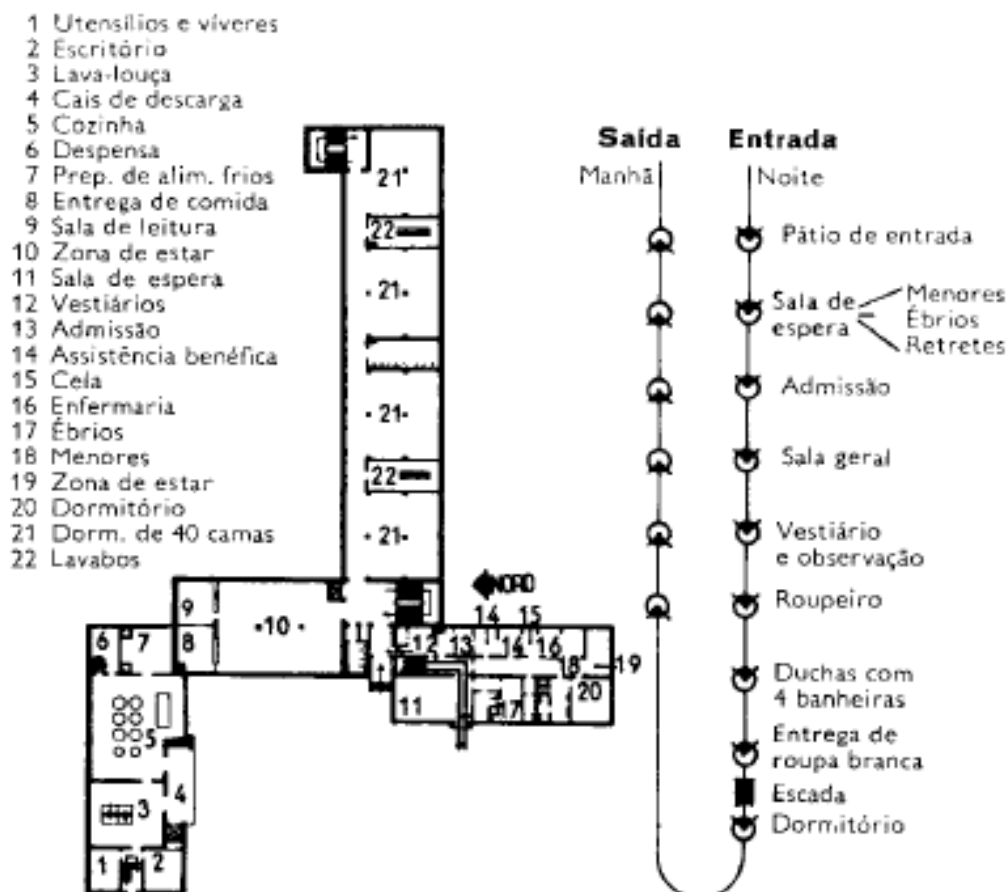
V - possuir refeitório.” (LAJEADO, 1996, p. 123)

8.1.2 Neufert

Neufert (1976) descreve brevemente sobre albergues para pobres na Alemanha. Em tais, eles podem pernoitar por até 5 vezes ao mês, precisando entregar suas roupas, passar por exame médico e devem ir tomar um banho, após isto, recebem um pijama e podem adentrar ou não na instituição. Os alojamentos

ficam a volta de um pátio no qual ao centro, locam-se os banheiros. A administração fica junto da entrada principal, conforme visto em planta detalhada na Figura 17 e, ao lado, consta um esquema de funcionamento do albergue.

Figura 17 – Albergue alemão e seu esquema de funcionamento.



Fonte: Neufert (1976).

8.1.3 NORMAS TÉCNICAS

Como itens a serem analisados nas normas técnicas, serão considerados os padrões de acessibilidade descritos na NBR 9050/2015. Esta que prevê a acessibilidade universal às edificações para portadores de necessidades especiais. Rampas, plataformas elevatórias e banheiros adaptados, serão projetados tal rege a legislação.

Em se tratando da NBR 9077/2001, serão analisados os padrões descritos sobre a prevenção de incêndios e saídas de emergência, esta que determina acessos, saídas de emergência, circulações verticais, equipamentos de controle de

incêndio e afins.

8.2 Terreno

Através dos dados retirados da matrícula do terreno de número 13.904, disponibilizada no Registro de Imóveis da cidade de Lajeado, o mesmo enquadra-se no setor 02, da quadra 05 no lote de número 355. Bem como há uma série de legislações a serem seguidas frente ao tema, conforme previamente apresentadas, também existem as que são pertinentes ao terreno, tais quais encontram-se listadas na sequência.

8.2.1 Plano Diretor Municipal

Conforme pode ser visto na Figura 18, retirada do mapa de zoneamento da cidade de Lajeado, foi feita a marcação da quadra. O lote localiza-se na Unidade Territorial de Planejamento (UTP) 7 que, de acordo com o Plano Diretor (2006), é caracterizada como Zona de Unidade Territorial Especial.

Figura 18 – Zoneamento – UTP 7 – Quadra 05.



Fonte: Prefeitura de Lajeado (2017).

A partir destas informações, encontramos no Plano Diretor da cidade de Lajeado (2006) os condicionantes legais que devem ser levados em consideração para o projeto futuro, listados a seguir.

ATIVIDADE

Por ser uma Unidade Territorial Especial (UTE), o Plano Diretor da cidade de Lajeado (2006) não destina um tipo de uso específico a essa área, sua aprovação será totalmente baseada em um estudo do sistema de planejamento.

ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

O índice de aproveitamento terá sua aprovação mediante estudo do sistema de planejamento, conforme visto na Tabela 05. Sendo assim, será levado em consideração o que se tem de entorno imediato, visando um aproveitamento que não interfira na estrutura já existente na cidade.

Tabela 05 – Índice de aproveitamento.

CÓDIGO	REGIME
10	Índice definido mediante estudo do sistema de planejamento.

Fonte: Prefeitura de Lajeado (2017).

Mediante estudo de entorno, consideramos como base de cálculo o a UTP 7 com os condicionantes impostos pelo Polo de Comércio e Serviço (PCS). Este rege como índice de aproveitamento o código 07 (IA = 6.0), então será considerado:

$$IA = 6.0 \Rightarrow IA = 1710,16 \times 6.0 \Rightarrow IA = 10260,96 \text{ m}^2.$$

TAXA DE OCUPAÇÃO

A taxa de ocupação também é item de aprovação com base no estudo do sistema de planejamento, conforme visto na Tabela 06. Respeitando o máximo de $\frac{1}{2}$, será levado em consideração o que se tem nas edificações vizinhas.

Tabela 06 – Taxa de Ocupação.

CÓDIGO	REGIME
06	Taxa definida mediante estudo do sistema de planejamento, respeitando um máximo de $\frac{1}{2}$.

Fonte: Prefeitura de Lajeado (2017).

Através do estudo de entorno, tem-se como base de cálculo o a UTP 7 com os condicionantes impostos pelo PCS. Este determina como taxa de ocupação o código 03 (TO = 4/5, com recuo mínimo de 4,00 metros), então será considerado:

$$TO = 4/5 \Rightarrow TO = 1710,16 / 5 \times 4 \Rightarrow TO = 1368,13 \text{ m}^2.$$

ALTURA DAS EDIFICAÇÕES

Bem como os demais condicionantes legais, o item altura somente terá a aprovação mediante análise, conforme pode ser visto na Tabela 07. Se houver construção no recuo de fundos, a altura máxima deverá ser de 5,00 metros, com o telhado já incluso, fora isso será levado em consideração o que se tem de entorno imediato.

Tabela 07 – Altura das edificações.

CÓDIGO	REGIME
07	Alturas definidas mediante estudo do sistema de planejamento.
CONSIDERAR	Para construções no recuo de fundos, a altura máxima será de 5,00 metros, inclusive o telhado.

Fonte: Prefeitura de Lajeado (2017).

Após análise da UTP 7 com os condicionantes impostos pelo PCS, que deverá ser levado em consideração, conclui-se que o índice referente a altura das edificações é o código 06, este rege que altura é livre, mas com as construções no recuo de fundos deve ser considerado a altura máxima de 5,00 metros, inclusive o telhado.

RECUOS DE JARDIM

Igualmente aos demais condicionantes, a aprovação deste somente se dará mediante estudo do sistema de planejamento e analisado ao que se tem de entorno, visto na Tabela 08. Além disso, este recuo não deverá de forma alguma ser inferior a 4,00 metros.

Tabela 08 – Padrões de recuo para os recuos de jardim.

CÓDIGO	REGIME
01	J = Recuos definidos mediante estudo do sistema de planejamento e nunca inferiores a 4,00 metros.
CONSIDERAR	O recuo de fundos será de 1/10 da profundidade do lote e nunca inferior a 3 metros.

Fonte: Prefeitura de Lajeado (2017).

O PCS da UTP 7, leva como regra o código 05, tal qual tem o recuo de jardim de forma isenta.

SIMULAÇÃO DOS CONDICIONANTES LEGAIS NO PROJETO

Conforme levantamento de dados, utilizando a área do lote de 1710,16 m², levando em consideração que pode ser construída uma edificação de 10.260,96 m², com o pavimento térreo ocupando 1368,13 m², ao realizar um estudo de viabilidade, utilizando-se o índice máximo e a taxa de ocupação máxima e sabendo-se que pode ser feito uso de altura livre, é possível construir uma edificação de 07 pavimentos somando 9576,91 m².

O projeto do Abrigo para Pessoas em Situação de Rua terá aproximadamente 1.454,00m² de área construída.

9 REFERENCIAIS DE ARQUITETURA

De modo a alavancar um melhor entendimento frente ao tema escolhido, buscou-se analisar diferentes edificações que fazem uso da mesma tipologia visada à proposta de projeto na segunda parte deste trabalho. O estudo foi fundamentado sobre projetos locados no Texas, Washington e na Espanha e buscou encontrar soluções arquitetônicas que permitam a abrangência de um plano de necessidades de maneira coerente e racional.

9.1 La Casa - EUA

Localizada em Washington - EUA, a habitação de apoio permanente possui capacidade para abrigar 40 pessoas do sexo masculino com uma área total de 2.728 m² distribuídos em sete pavimentos com princípios voltados à sustentabilidade. Na habitação, os abrigados participam de diversas atividades, sendo instigados a adquirir habilidade para a vida, bem como gestão financeira e preparação ao mercado de trabalho. O projeto foi encomendado pelo Departamento de Serviços Humanos aos Escritórios de arquitetura Studio 27 e Leo a Daly. O cliente, no caso o poder municipal, exigiu grande qualidade de projeto aos escritórios contratados. Sua construção teve início em 2011 e foi finalizada em 2014 (STUDIO 27, 2012, texto digital).

O La Casa foi projetado de maneira organizada, estando os pavimentos alinhados e seguindo basicamente a mesma tipologia base. As paredes estruturadoras foram mantidas em sequência, respeitando o dimensionamento e o aproveitamento dos espaços. A volumetria é condizente com a tipologia existente no entorno, levando em consideração os alinhamentos das edificações lindeiras bem como a integração de materialidades. Como forma de mobilidade vertical, os abrigados contam com elevador e escadas, estas distribuídas em pontos a suprir a

demanda de saída de emergência.

A edificação possui o telhado verde e encontra-se em processo de obtenção do LEED Gold. LEED (Leadership in Energy Environmental Design) é uma certificação destinada a construções sustentáveis, foi colocada em prática no ano de 1998 e já tem muitos projetos mundiais que contam com tal aprovação. Sua concepção e concessão se dão através da Organização não governamental (ONG) americana U.S. Green Building Council e os critérios avaliados são a racionalização de energia, água e afins, atendidos por um edifício (STUDIO 27, 2012, texto digital).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo escritório Studio 27 (2012, texto digital), o projeto conta com um subsolo, térreo, segundo pavimento e pavimento tipo, este que é repetido por cinco vezes. O subsolo é equipado por lavanderia, armazenamento e espaços mecânicos. Já o térreo, como pode ser observado na Figura 19, conta com lobby, área de segurança, escritórios, área de correio e duas unidades de habitação.

Figura 19 – Pavimento Térreo (Sem Escala) - La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).
Análise: Autora (2017).

➡ Acesso Principal

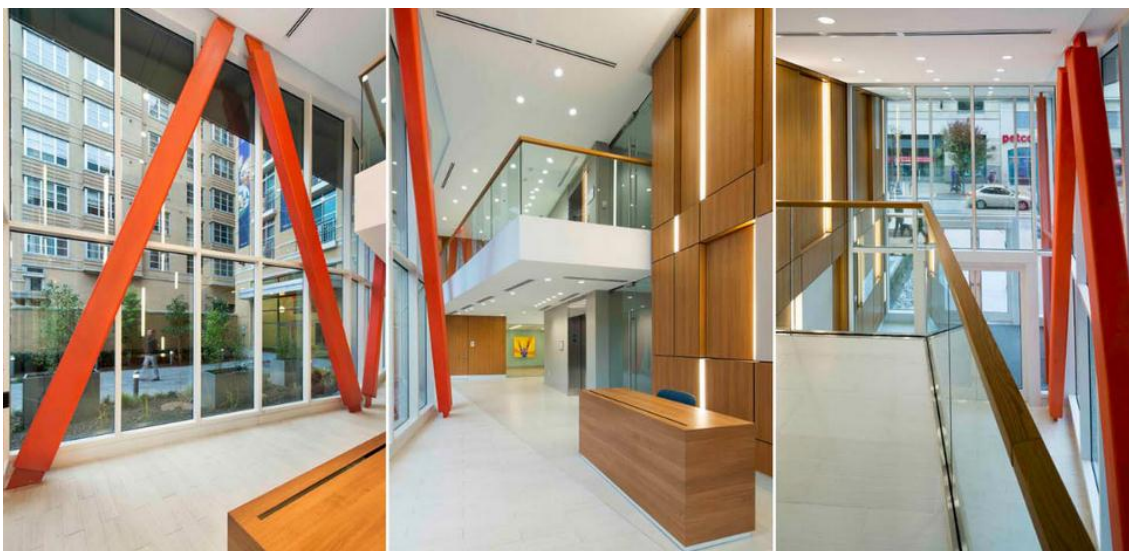
➡ Saídas de Emergência

➡ Carga e Descarga

1 lobby - 2 escritório - 3 unidade - 4 armazenamento - 5 banheiro - 6 armazenamento de bicicletas - 7 correio - 8 carga e descarga - 9 queda de lixo

O acesso se dá em uma das pontas do lote por um ambiente com pé direito duplo, envidraçado e com um layout de recepção (FIGURA 20). Além desse acesso, tem-se mais uma saída de emergência, locado em ponto oposto a esse já descrito. Aos fundos da edificação é o acesso de carga e descarga de materiais. Voltados para a rua, junto à fachada, têm-se dois dormitórios, fator que traz problemas visto que não há uma barreira de ruídos externos para com os internos. Apesar de não se ter informações do por que de haver dormitórios no térreo, acredita-se que seja para uma espécie de triagem na chegada dos futuros abrigados.

Figura 20 – Hall de entrada e recepção com pé direito duplo – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

Quanto ao segundo pavimento, o Studio 27 (2012, texto digital) relata que a edificação recebe, além dos dormitórios, uma sala comunitária que se abre para

uma área de uso comum, o terraço ao ar livre, conforme se observa na Figura 21.

Figura 21 – Segundo Pavimento (Sem Escala) - La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

3 unidade - **4** armazenamento - **5** banheiro – **9** queda de lixo – **10** sala comunitária – **11** pátio – **12** varanda

Na Figura 22, o Stúdio 27 (2012, texto digital) apresenta o pavimento tipo que conta com sete unidades habitacionais simples e funcionais que oferecem privacidade aos abrigados, em apartamentos individuais. Elas encontram-se todas voltadas às faces externas do edifício, sendo separadas por um corredor central, trazendo privacidade aos abrigados. Estas são todas equipadas com sanitário, pequena cozinha e serviço, espaço de estar/jantar e dormitório de forma integrada. O projeto da unidade é dividido de maneira a agrupar as áreas molhadas, banheiro e cozinha, deixando ao lado, as áreas consideradas secas, estar e dormitório. A cama

e o estar são voltados à face externa do edifício, bem como suas aberturas. Todas recebem grandes aberturas, tais vão do piso ao teto e condizem quanto à finalidade de iluminação e ventilação natural, visando à diminuição do consumo da energia elétrica.

Figura 22 – Pavimento Tipo (Sem Escala) - La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

3 unidade – **9** queda de lixo

Visando o conforto aos abrigados, optou-se pelo piso das unidades serem de concreto exposto e bambu, conforme a Figura 23. Já as paredes são todas com pintura branca (Studio 27, 2012, texto digital).

Figura 23 – Vista a partir da entrada da unidade habitacional – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

Na Figura 24, observa-se a cozinha que possui suas bancadas fabricadas a partir da reciclagem de latas de alumínio (Studio 27, 2012, texto digital).

Figura 24 – Vista do estar e da cozinha da unidade habitacional – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

A fachada é voltada para a Rua Irving e tem padrão de cheios e vazios. Visa o alcance de uma escala contextual e sua fenestração consegue o aprimoramento dessa textura. Pode ser analisado na Figura 25 que o edifício fornece uma quantidade igual de vidraças para cada unidade de habitação (Studio 27, 2012, texto digital).

Figura 25 – Fachada – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

Em se tratando de espaço aberto, percebe-se que a edificação ocupa aproximadamente 75% do lote, portanto, este é quase nulo neste projeto. No segundo pavimento há uma sala que se abre para um pátio e varanda de uso comunitário (FIGURA 26).

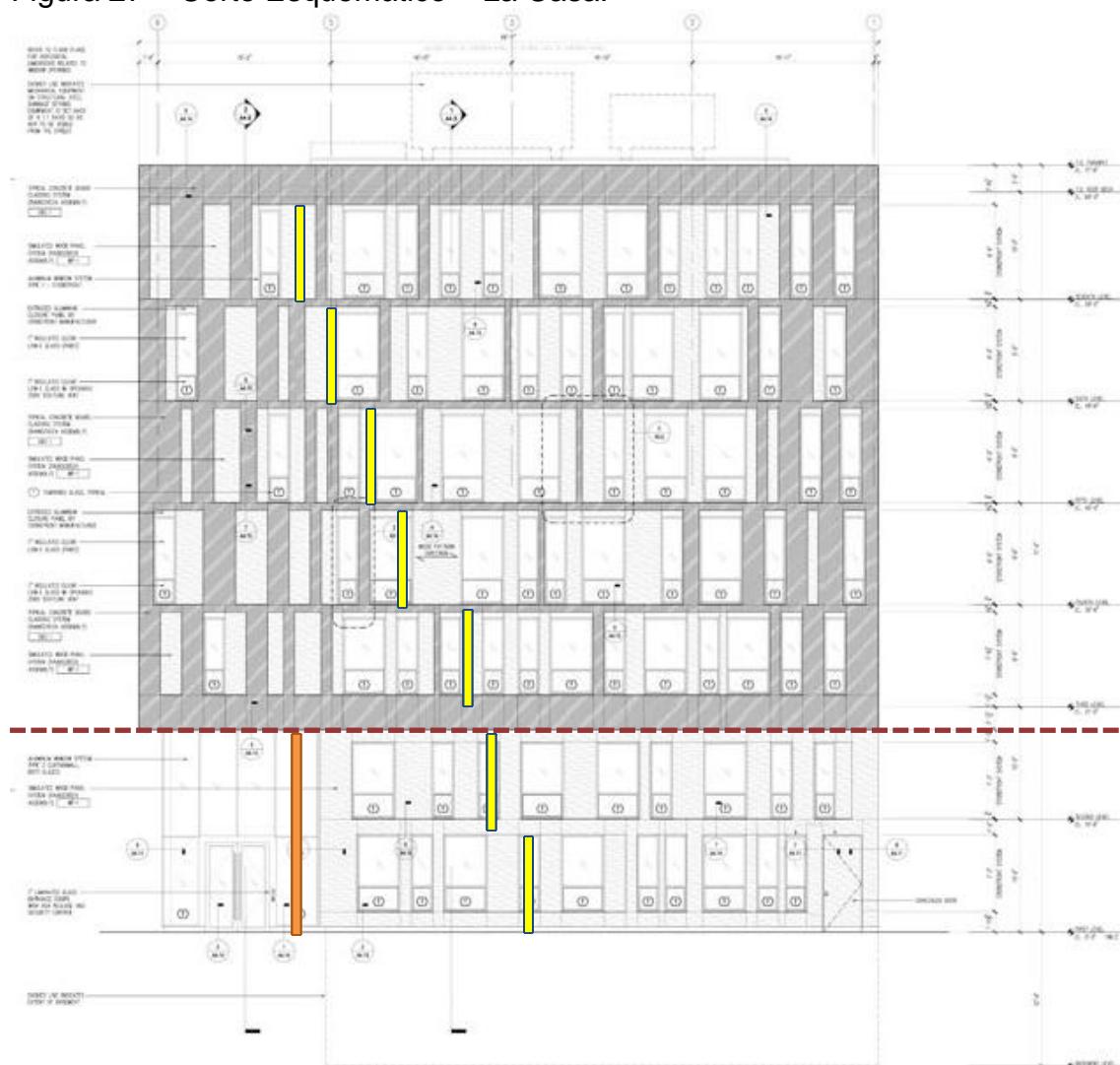
Figura 26 – Espaço aberto no segundo pavimento – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

Na Figura 27, identifica-se um zoneamento funcional da edificação, visto que na elevação externa do projeto, evidencia-se uma distinção que é feita a partir dos pavimentos. No térreo e no segundo pavimento, localizam-se os ambientes de apoio, acolhimento e tratamento dos abrigados e, nos pavimentos seguintes, têm-se as unidades habitacionais propriamente ditas, recebendo um tratamento diferente.

Figura 27 – Corte Esquemático – La Casa.



Fonte: Stúdio 27 (2012).

Análise: Autora (2017).

— Pé-direito Duplo

— Pé-direito Simples

--- Zoneamento Funcional

9.2 Shelter Home for the Homeless - Espanha

O projeto feito por Javier Larraz em meados de 2010 localiza-se na Espanha, conforme pode ser observado na planta de situação (FIGURA 28). O abrigo para os sem tetos possui capacidade para acolher 25 homens e 3 mulheres, com uma área

total de 995,00 m² distribuídos em dois pavimentos. Ali os abrigados são instigados a aproveitar as oportunidades de melhorar a qualidade de vida e recebem alimentação, leito, além de serem envolvidos nas tarefas diárias de manutenção do local, exercendo atividades tais como limpeza, lavagem, jardinagem e pintura, desenvolvendo assim um compromisso pessoal com a instalação da qual fazem uso (LARRAZ, 2011, texto digital).

Figura 28 – Planta de Situação (Sem Escala) – Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

Larraz (2011, texto digital) descreve o abrigo como flexível em seu funcionamento, sendo formado pelo térreo seguido de mais um pavimento. O pavimento térreo, conforme observado na Figura 29, conta com dois acessos, salas para atendimentos, alfaiataria, depósitos, espaço de estar e refeições, além de banheiros e três unidades de habitação femininas e dez masculinas. Sua configuração interior é feita de modo a facilitar a convivência entre os usuários e permite a realização do programa complexo em um espaço limitado.

Figura 29 – (A) Pavimento Térreo e (B1 e B2) Pavimento Térreo ampliado (Sem Escala) – Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

Análise: Autora (2017).

➡ Acessos

--- Modulação

1 acesso – **2** vestíbulo – **3** elevador – **4** controle – **5** guarda- volume – **6** escritório – **7** escada – **8** refeitório – **9** banheiro – **10** estar/refeitório – **11** dormitório mulheres – **12** oficina mulheres – **13** cozinha – **14** acesso – **15** estar – **16** dormitório masculino – **17** banheiro – **18** instalações – **19** via – **20** jardim

Os acessos, ambos locados em cada uma das faces laterais acontecem de maneira indireta, proporcionando descrição e privacidade. Um deles é destinado ao setor feminino, que recebe três unidades habitacionais, além de sanitários, estar, refeitório e local para oficinas exclusivamente para elas. Como forma de proteção a elas, tem-se a sala de controle, esta que destina através do outro acesso, o setor masculino, tal qual segue também no segundo pavimento. Os sanitários, refeitório, salas e afins, são de uso coletivo dos moradores.

Já o segundo pavimento, visto na Figura 30, conta com acesso, atendimentos, alfaiataria, depósitos, espaço de estar e refeições, além de banheiros e quinze unidades de habitação masculinas. Sua configuração interior foi projetada de modo a facilitar a convivência entre os usuários e permite a realização do programa complexo em um espaço limitado (LARRAZ, 2011, texto digital).

Figura 30 – (A) Segundo Pavimento e (B1 e B2) Segundo Pavimento ampliado (Sem Escala) – Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

Análise: Autora (2017).

----- Modulação

1 elevador – **2** escada – **3** dormitório masculino – **4** banheiro – **5** estar/refeitório – **6** alaiatara – **7** atendimento – **8** depósito

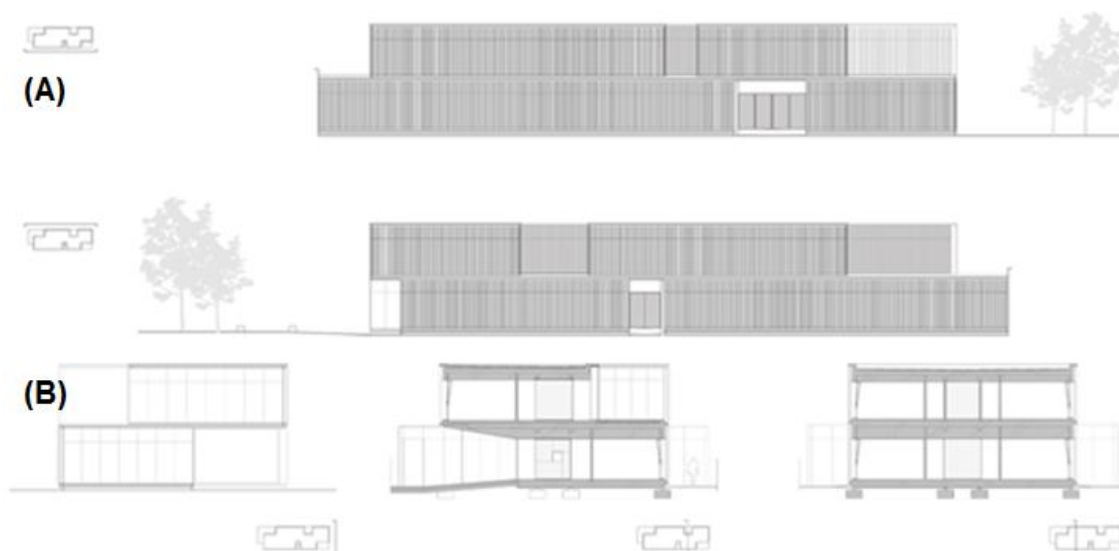
As unidades habitacionais encontram-se todas voltadas às faces externas do edifício, sendo separadas por um corredor central e sanitários, trazendo privacidade aos abrigados e abrigadas. Estas são todas equipadas com mesa, cadeira, armário e cama. Também recebem aberturas condizentes quanto à iluminação e ventilação natural, protegidos da insolação através de painéis.

O Shelter Home for the Homeless foi projetado com seus pavimentos alinhados. A planta rege simetria, ordena os setores e foi tomado o devido cuidado com o dimensionamento dos ambientes, mantendo-os basicamente com as mesmas metragens para aproveitamento dos espaços.

Nas fachadas e cortes, visualizados na Figura 31, nota-se que se trata de

uma caixa silenciosa e sombria, a qual mantém seu conteúdo de maneira a atizar a curiosidade para com os espectadores frente a seu interior (LARRAZ, 2011, texto digital).

Figura 31 – (A) Fachadas e (B) Cortes (Sem Escala) – Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

O lote não contempla grandes espaços de área verde, mas encontra-se posicionado em meio à vegetação bem como edificações existentes ao seu entorno, fator percebido na Figura 32.

Figura 32 – Vista do Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

Os blocos são sobrepostos, alguns em balanço e foi realizado um movimento entre eles, possíveis de serem observados na Figura 33. A materialidade e o tratamento adotado na fachada acabam por proporcionar um ar mais pesado à edificação.

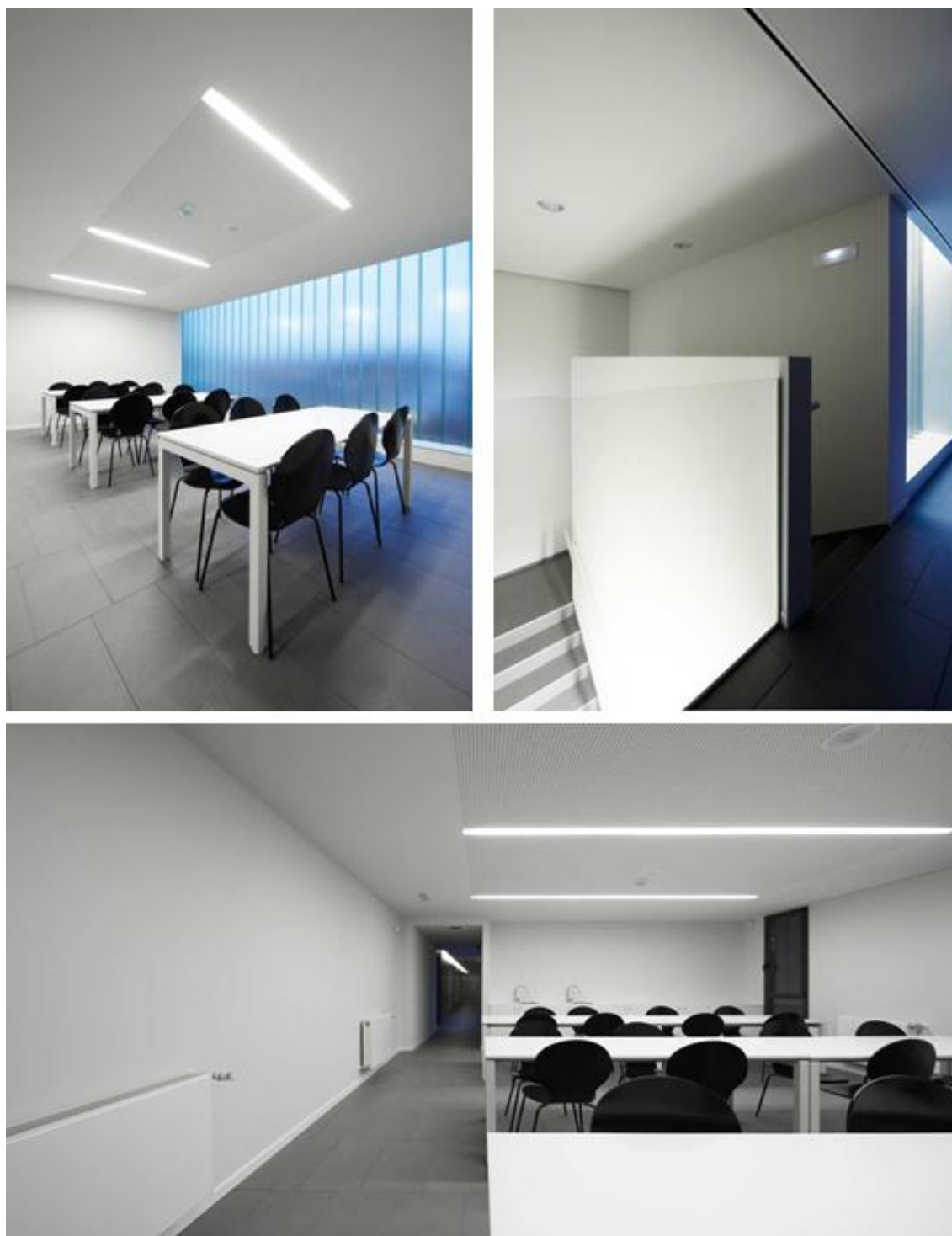
Figura 33 – Vistas aproximadas do Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

Quanto ao tratamento dos ambientes internos do abrigo, considera-se o projeto como frio e minimalista, visto que as paredes receberam pintura branca, o piso foi tratado de forma a lembrar do concreto, e o mobiliário adotado é de tipologia simples (FIGURA 34).

Figura 34 – Vistas internas do Shelter Home for the Homeless.



Fonte: ArchDaily (2011).

9.3 The Bridge Homeless Assistance Center – Dallas, Texas (EUA)

Localizada no Texas - EUA, o local por si só não é considerado um abrigo,

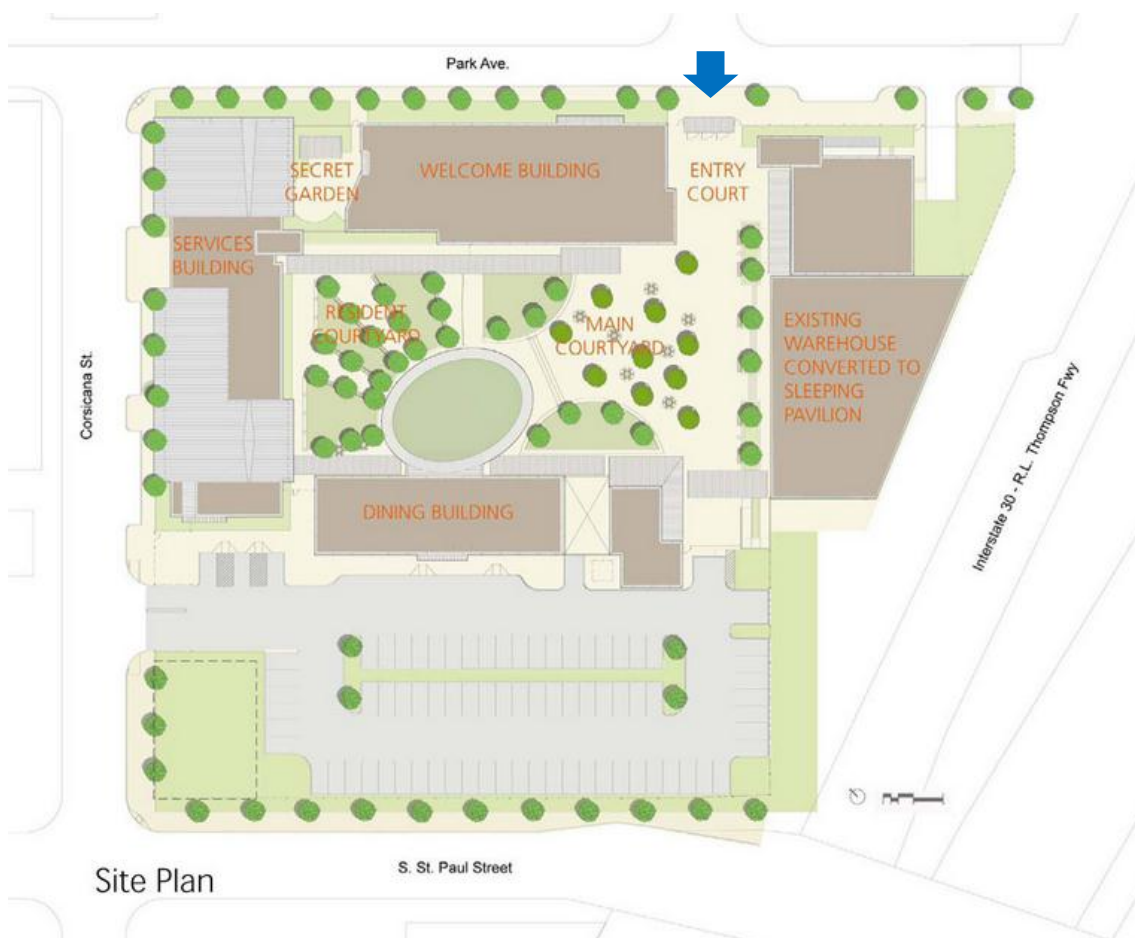
mas sim um lar para todos. Ele possui capacidade para abrigar 1200 pessoas por dia, com funcionamento ininterrupto. O projeto foi feito pelo Overland Partners Architects em 2010 e, teve sua implantação em um lote de 3,41 hectares, somando uma área total de 75.000 m² distribuídos em cinco edifícios. Os abrigados recebem necessidades básicas e estabelecem a estrutura de apoio necessária na busca de novo emprego ou habitação, além de que o local oferece um amplo espaço de atendimento, moradia, emergência e cuidados de transição (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

Por se localizar em uma área central da cidade e que contém densidade de ocupação existente, optou-se por alguns tratamentos específicos para trazer melhorias ao local e a sustentabilidade do planeta. A edificação possui telhado verde, sistema de reciclagem das águas cinzas e iluminação natural em todo o prédio. Obtém o certificado LEED Prata. LEED (Leadership in Energy Environmental Design) que é uma certificação destinada a construções sustentáveis, foi colocada em prática no ano de 1998 e já tem muitos projetos mundiais que contam com tal aprovação. É concebida e concedida pela Organização não governamental (ONG) americana U.S. Green Building Council e os critérios avaliados são a racionalização de energia, água e afins, atendidos por um edifício (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

Desde a sua inauguração, o abrigo distribuiu um total de mais de 2,5 milhões de refeições, 750 moradores foram abrigados e os desabrigados crônicos foram reduzidos a 57%. Além destes fatores, a taxa de criminalidade local diminuiu mais de 20%, comprovando o quanto é viável e positivo a implantação de tal instituição (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

O The Bridge Homeless Assistance Center é composto por cinco edificações construídas em volta de um pátio central que envolve abrigados e comunidade circundante (FIGURA 35). As cinco edificações são distribuídas quanto a setores e atividades, tais como o edifício de três andares que recebe os dormitórios, um de boas-vindas, outro de armazenamento, há um pavilhão aberto, além de um edifício para refeições (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

Figura 35 – Planta de Situação (Sem Escala) – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

Análise: Autora (2017).

➡ Acesso

Entry court – Tribunal de entrada

Welcome building - Edifício de boas vindas

Existing warehouse converted to sleeping pavilion – Armazém existente convertido no pavilhão de dormitórios

Dinning building – Edifício de Refeitório

Services building – Edifício de Serviços

Secret Garden - Jardim Secreto

Resident courtyard – Pátio dos moradores

Main courtyard – Pátio principal

No pavimento térreo, visualizado na Figura 36, tem-se dormitórios (incluindo

um pavilhão de dormir ao ar livre, para pessoas desconfortáveis), instalações de saúde física e mental, assistência à infância, escritórios jurídicos, áreas de aconselhamento, instalações de treinamento e escritórios de segurança. Bem como lavanderia, um centro de recreação, abrigo para animais de estimação, biblioteca, armários, serviços postais e, ao centro, um pavilhão para refeições (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

O refeitório, salas, oficinas e afins, são de uso coletivo pelos moradores, distribuídos nas demais edificações, já os espaços de área verde são de uso dos abrigados e é aberto ao público, proporcionando integração entre a comunidade permanente com a circundante.

Figura 36 – Pavimento Térreo (Sem Escala) – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

No segundo pavimento (FIGURA 37) têm-se basicamente dormitórios e sanitários. Na planta dos dormitórios há uma simetria e cuidado com o dimensionamento dos ambientes, mantendo-os basicamente com as mesmas metragens para o aproveitamento dos espaços.

Figura 37 – Segundo Pavimento (Sem Escala) – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

As unidades são semi-privativas e voltadas para as faces externas da edificação. As divisórias são com paredes erguidas a determinada altura, proporcionando privacidade aos abrigados na mesma proporção em que a possibilidade de controle dos funcionários para com os mesmos, há corredores que dão acessos aos sanitários que são de uso comum (FIGURA 38). O espaço destinado a um abrigado é equipado com cama, armário, cadeira e um pequeno estar.

Figura 38 – Visuais dos dormitórios semi-privativos – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

No terceiro pavimento, tal fator se repete, contendo dormitórios e sanitários apenas, como pode ser analisado na Figura 39.

Figura 39 – Terceiro Pavimento (Sem Escala) – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

A Figura 40 apresenta a fachada principal, esta que tem visual brilhante e arejado, é composta de vidros e painéis translúcidos (OVERLAND PARTNERS, 2011, texto digital).

Figura 40 – Fachada principal – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

As fachadas internas à praça não condizem com as da face externa, visto que as formas não seguem um padrão, a materialidade é distinta, bem como o seu tratamento interno, tais fatores observados na Figura 41.

Figura 41 – Edificações voltadas à praça – The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Overland Partners (2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2015**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077:2001**: Saída de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. **Guia Ministerial - Ação nacional em defesa dos direitos fundamentais, Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Saúde - **Manual sobre o cuidado a saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, 2012.

BRASIL. SUAS e a População em Situação de Rua. **Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Volume 1. Brasília, 2011.

BRASIL. SUAS e a População de Rua - Centro Pop. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Volume 3. Brasília, 2011.

BRIDGE Homeless Assistance Center. Overland Partners, Texas, março 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>. Acesso: 04/10/2017.

BRIDGE Homeless Assistance Center. Overland Partners, Texas. Disponível em: <http://www.overlandpartners.com/projects/the-bridge-homeless-assistance-center/>. Acesso: 04/10/2017.

CONDICIONANTES LEGAIS. **Zoneamento, Plano Diretor e Código de Edificações**. Disponível em: <http://www.lajeado.rs.gov.br/>. Lajeado, 2017.

CUNHA, Marcelo Antonio da. **No olho da Rua – a vida na fazenda modelo, um dos maiores abrigos de mendigos do mundo**, 2008.

HORA, A. **Casa de Acolhida auxilia na reabilitação de moradores de rua**. Texto digital. Lajeado, 2016. Disponível em: <http://www.jornalahora.com.br/2016/07/22/casa-de-acolhida-auxilia-na->

reabilitacao-de-moradores-de-rua/.

LA CASA Permanent Supportive Housing. Studio 27, EUA, 2012. Disponível em: <http://www.studio27arch.com/project/la-casa-permanent-supportive-housing/>. Acesso: 02/10/2017.

MAPAS. Google maps, 2017.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos**, São Paulo, 1999.

MELO, Débora. **O que afasta a população de rua dos albergues?** Texto digital. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-afasta-a-populacao-de-rua-dos-albergues>.

MELO, Maria Helena Andrade Ferreira de. **POP RUA - Espaço de Referência em Assistência Social Para Pessoas em Situação de Rua.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MENTZ, Letícia de Mesquita. **Abrigo para adultos em situação de rua**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NEUFERT, Ernest. **Arte de Projetar em Arquitetura**, São Paulo, 1976.

OGG, Helena D'ávila. **CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. **Albergue para pessoas em situação de rua.** Instituto de Pós-Graduação (IPOG). Campo Grande, MS, 2014.

QUEIROZ, Maurício de Campos. **O ponto de vista dos sujeitos: Representação Social Da População em Situação de Rua.** Trabalho De Conclusão De Curso (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2009.

ROSA, Ivandro Carlos; Périco, Eduardo, Rempel, Claudete. **A influência do processo de emancipação de pequenos municípios na urbanização da cidade de Lajeado.** Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a12v33n08/12330804.html>.

SHELTER Home for the Homeless. Javier Larraz, Espanha, abril 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>. Acesso: 03/10/2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, 2009.

SILVA, Priscila dos Santos. **Anteprojeto de uma unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua**. Monografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacaze/RJ, 2015.

TAVEIRA, José Carlos; ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **O morador de rua de Campo Grande. Condições de vida**, Mato Grosso do Sul, 2002.

ULHOA, Virginia Torrecillas. **Para onde vão à história e a identidade de um morador de rua**. Revista HuffPost. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/18705/para-onde-vao-a-historia-e-a-identidade-de-um-morador-de-rua>.

APÊNDICES

APÊNDICE A - VISITA AO ABRIGO SÃO CHICO

Conversa: Psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira na Associação - Abrigo São Chico.

Onde: Rua 15 de dezembro, nº 403, bairro Florestal, cidade de Lajeado/RS. A psicóloga Paula recebeu-me no Abrigo para um breve relato e observação frente ao funcionamento do mesmo. Considerado como sendo uma entidade de 3º setor, possui convênio com a prefeitura municipal da cidade e se mantém através de doações, seja da comunidade ou de empresas.

O Abrigo São Chico foi fundado em 24 de setembro de 2001 devido à problemática social que envolvia moradores de rua que se abrigavam embaixo da escadaria da Igreja São Cristóvão, no Bairro São Cristóvão. Por 13 anos, manteve suas atividades através de duas entidades assistenciais, fazendo uso de seus CNPJs para receber auxílio financeiro. Mas, no início de 2015 o Abrigo passou a não ser mais um serviço dependente e adquiriu sua própria razão social, passando então a ser denominado de Associação – Abrigo São Chico. Sendo assim, pôde oferecer acolhimento temporário e/ou permanente para com essa população que toma a rua como seu lar, garantindo alimentação, higiene, vestuário, bem como atendimento psicossocial e encaminhamentos para a rede de atendimento do município quando necessário for. É uma entidade sem fins lucrativos, que recebe pessoas adultas de ambos os sexos, conforme disponibilidade de vagas.

No início do ano, o CAPS que é o Centro de Atenção Psicossocial da cidade, fez um levantamento e chegaram a um alarmante número de 8 mulheres e 60 homens em situação de rua. Estes, que adentram em tal circunstância pelos mais diversos fatores, principalmente pela dependência química e alcoólica e pelo abandono das suas famílias, geralmente por motivos de saúde mental.

Atendem 44 pessoas, sendo 6 destas fixas, por motivos de idade e dificuldade em locomoção. Vagas femininas o abrigo só disponibiliza duas, estas que estão

preenchidas por mulheres que giram em torno da faixa etária de 30 anos, e se localiza em separado do abrigo em si, em estrutura anexa aos fundos do lote. O abrigado mais jovem tem 43 anos e o mais velho, 82. As vagas no abrigo são diárias frente a esse público que é transitório. Até às 19 horas eles podem entrar. O abrigo recebe do governo dinheiro para manter 44 pessoas por mês, o que na prática não é suficiente para toda essa demanda.

Os moradores de rua por algum meio chegam ao local, são recebidos através de uma escuta inicial e preenchimento de ficha, na qual são listadas informações básicas. São relatadas as regras e se faz a passagem para o tratamento de higienização, alimentação e afins, caso este quando o morador de rua aparece no turno da noite. Quando é durante o dia que ele chega, este já passa pelos atendimentos e conversas com os psicólogos e demais responsáveis. Os abrigados passam por cinco refeições diárias e participam de pequenas atividades.

Sua organização no térreo é basicamente de uma pequena recepção (local onde fazem o cadastro das pessoas e onde também tem um armário com materiais não perecíveis e de limpeza), sala de atendimento psicológico aos abrigados, sala de arquivos que permanece trancada, rouparia (onde são guardadas todas as doações, roupas, sabonetes, móveis, entre outros itens), a sala de reunião dos funcionários (local onde eles também fazem suas refeições e descansam), banheiro de funcionários, grande refeitório, cozinha, despensa de alimentos, dormitório dos moradores fixos com banheiro (6 camas e 1 armário coletivo) e espaço para medicamentos que fica abaixo da escada, sempre trancado e sendo controlado por algum responsável. Saindo do refeitório, vamos à área externa, que possui o espaço de convivência, local de lavar e pendurar roupas, churrasqueira e um banheiro coletivo de uso dos homens. Anexo a isto, está a ala feminina, munida de um dormitório (2 camas e um armário coletivo) e banheiro exclusivo a elas.

Subindo ao segundo pavimento da casa, que é a ala masculina, tem-se 3 dormitórios, possuindo um deles banheiro e os outros fazem uso do banheiro coletivo que fica no corredor do andar. O dormitório que possui banheiro tem 8 camas e 2 armários, já os outros se dividem em um com mais 8 camas e outro com 6. Este pavimento possui uma grande sala de convivência. O mesmo é trancado durante a noite, garantindo a proteção das mulheres que estão no abrigo e até mesmo dos funcionários que trabalham no turno da noite.

O abrigo tem 11 funcionários, sendo o coordenador, a psicóloga, a assistente social, a cozinheira, a servente geral, 4 monitores e 2 cuidadores. Todos são contratados. O aluguel da casa em que hoje fica o Abrigo São Chico custa em torno de R\$3000,00. A situação toda é bem precária, os moradores ficam aglomerados em pequenos espaços e sem nenhuma privacidade. Apesar de tudo, respeitam as regras, os funcionários e um ao outro, pois sabem que se cometerem infrações ou desrespeito, serão punidos. Em 16 anos de existência do abrigo, somente uma pessoa está proibida de fazer uso do espaço, por motivos de comportamentos sérios de cunho sexual para com os funcionários.

Figura 42 – Fachada do Abrigo São Chico.



Fonte: Blogspot Abrigo São Chico (2015).

APÊNDICE B - VISITA AO ABRIGO MARLENE

Conversa: Monitor Eduardo Laude, Abrigo Municipal Marlene.

Onde: Avenida Getúlio Vargas, nº 40, bairro Menino de Deus, cidade de Porto Alegre/RS.

O monitor Eduardo relator que os Abrigos devem seguir as normas regidas pelo SUAS, que é o Serviço Único de Assistência Social. Este, que regula todo serviço de assistência social do país, determinando capacidade, metragem, quantidade de camas por dormitório e afins. É a base de qualquer serviço social e trabalha junto com o MDS, que é o Ministério do Desenvolvimento Social.

O SUAS está implantado em Porto Alegre, mas ali sequer é seguido o que ele rege, tanto é que o Abrigo deveria receber há mais de quatro anos uma verba que garantiria 125% a mais no salário dos servidores. Verba que chega ao município, porém não ao seu destino. Existe um movimento nacional para desestruturar todo serviço social e não há nenhum estímulo pra coisa evoluir. É uma realidade que a sociedade não enxerga.

Os abrigados no Marlene tem faixa etária variando entre 18 e 80 anos. Os maiores insucessos são com os que se encontram na faixa etária de jovens-adultos, pois a maioria vem dos abrigos infanto-juvenis e lá é pior ainda, pois ganham “tudo na boca”. O abrigo possuía os dormitórios família, mas isso não deu certo, visto que causava conflito por diversos motivos, principalmente por ciúmes. Também já ficavam 16 pessoas por dormitório, hoje esse número encontra-se reduzido para 8 ou, no máximo, 10. Destaca que o essencial seria conter três beliches, ou seja, para poder repousa 6 pessoas. Estimativa frente à capacidade máxima de 68 pessoas, 10 homens por quarto em 5 quartos, totalizando 50 homens e, 6 mulheres por quarto em três quartos, totalizando 18 mulheres. Hoje, 70% das pessoas que estão no abrigo, são dependentes químicos, estando todos atrelados ao CAPS, o frequentam de 2 a 3 vezes por semana.

O abrigo recebe muitos idosos abandonados. Este que, deveria ser um abrigo transitório e de permanência temporária, pela falta de vagas nos ILPI's (Instituições de Longa Permanência para Idosos), faz com que permaneçam por até quatro anos. Pela dificuldade em manutenção e verbas, há 12 pessoas esperando vagas, abriram somente 3, e destas apenas uma pode ser preenchida.

No geral, os moradores de rua chegam sem documentos. O Abrigo precisa entrar com um processo no Ministério Público, para fazer com que a pessoa passe a “existir”, sendo que esse processo leva cerca de dois anos. Somente depois entram com uma solicitação para a pessoa receber um benefício social, no INSS. E após o recebimento deste benefício, a pessoa pode ser encaminhada.

O abrigo tinha direito de fazer uso de um carro para transporte dos moradores cinco dias da semana, hoje isso mudou para três turnos por semana. As pessoas que tem fisioterapia são levadas de carro, já os dependentes químicos tem que dar seu jeito. O que muitas vezes faz com que não retornem. Acontece com frequência de pessoas que acabam passando mais dias fora do abrigo, principalmente dependentes químicos, às vezes mais que uma semana. Pessoas que são trazidas pelo serviço externo de busca, tem recaídas, passam dias fora, até serem recolhidos novamente, para talvez acontecer a mesma coisa, ou, a pessoa não querer mais ficar no abrigo.

Em 16 anos, perderam 70% da qualidade no serviço no local. Havia suco, sobremesa entre outros, hoje existe a “semana da carne moída” (às vezes meses), tão pouco valor é repassado. Deveria haver um vigilante, porém há quatro meses a prefeitura não efetuou mais o pagamento. Já havia oficinairos, terapeuta ocupacional, mas há uns 7 anos não tem mais, motivo o mesmo da inexistência de um vigilante. Hoje só tem uma biblioteca. Atualmente são quatro os servidores no abrigo, o que é muito pouco.

Eduardo frisa que muitas vezes o serviço tem mais vontade que o usuário, porém deve ser o contrário, o usuário deve querer o serviço. O índice de volta é bem elevado. Há casos de pessoas que abandonaram o abrigo, e retornaram até 7 ou 8 vezes. Na maioria das vezes, as pessoas deixam o abrigo bem, motivadas, estruturadas, depois voltam caídas novamente. Estima-se que 90% das pessoas que saem do abrigo gostariam de voltar.

O abrigo é munido de regras, estas que são passadas aos futuros abrigados

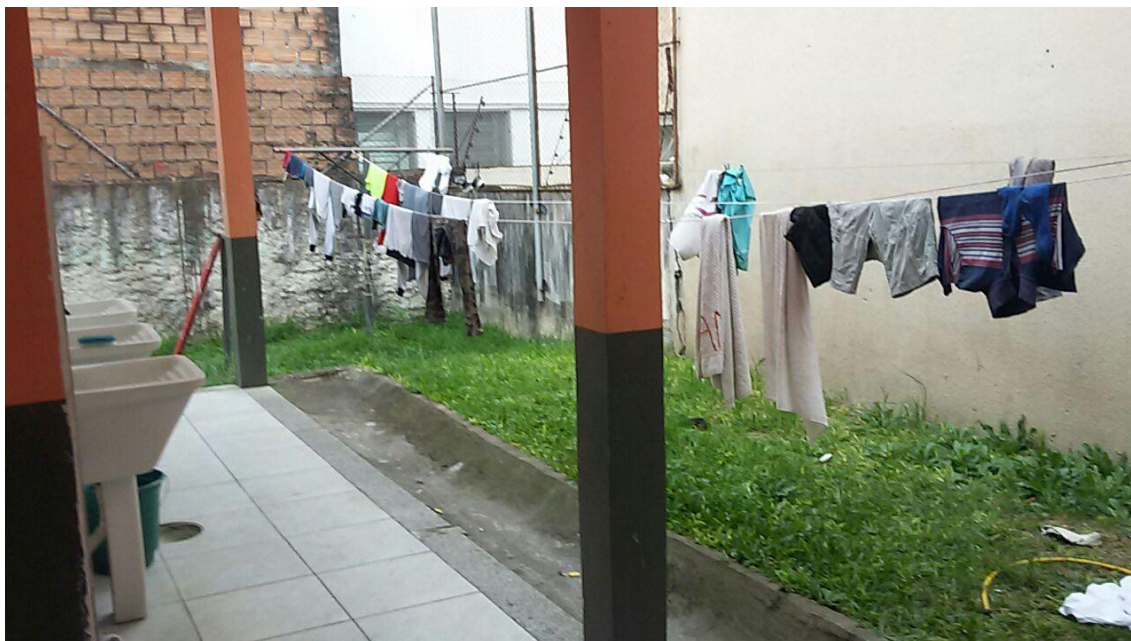
no momento de entrada do mesmo. A entrada e saída dos moradores é bem flexível durante o dia, até às 20 horas. Após esse horário, só entra quem tem autorização para determinada finalidade, como por exemplo, os que trabalham até às 21 horas. As pessoas que entram com bebidas ou entorpecentes são desligadas na hora do serviço, bem como casos de ameaças a outros usuários ou funcionários. Alimentos também estão proibidos de serem trazidos para evitar ratos e baratas, somente erva mate. Cada usuário possui um armário com chave para guardar seus pertences, o abrigo não possui espaços para animais, pois teria um custo muito elevado com veterinário e frente à questão de doenças. Também não há espaços para carrinhos de catadores, devido ao espaço físico, somente um bicicletário. Os abrigados contam com o privilégio de poder usufruir de uma área aberta, pois permite que o usuário passe o dia no abrigo, o que não é comum em outros abrigos, nos quais as pessoas devem passar o dia fora. Há anos atrás os usuários limpavam seus quartos, banheiros, refeitório, porém hoje não se pode mais exigir isso do usuário. O que faz com que ele fique cada vez mais dependente. O Estado provê tudo, porém não tem nenhuma contrapartida do usuário, o usuário só quer benefício, não quer se comprometer com nada. Às vezes surgem propostas de emprego, mas o usuário não quer sair da sua zona de conforto. Isso faz com que alguns usuários passem por vários abrigos temporários com o passar dos anos.

Figura 43 – Acesso ao abrigo Marlene.



Fonte: Autora (2017).

Figura 44 – Área de lavar roupas.



Fonte: Autora (2017).

Figura 45 – Depósito de produtos.



Fonte: Autora (2017).

Figura 46 – Acesso aos dormitórios - armários.



Fonte: Autora (2017).

Figura 47 – Refeitório.



Fonte: Autora (2017).

Figura 48 – Pátio aberto próximo da entrada.



Fonte: Autora (2017).

Figura 49 – Pátio aberto que antecede o acesso aos dormitórios.



Fonte: Autora (2017).

Figura 50 – Bicletário.



Fonte: Autora (2017).

APÊNDICE C - EVENTO MORADOR DE RUA EXISTE – CONFRATERNIZAÇÃO MUSICAL

Quando: 02 de setembro de 2017 – A partir das 15 horas.

Como: Doações de alimentos e bebidas, trazidos por voluntário.

Onde: Praça Otávio Rocha, bairro Centro, cidade de Porto Alegre/RS.

Atração: Música ao vivo.

Divulgação: Para voluntários e interessados em doar, através do Facebook. Para os moradores de rua, no boca a boca.

Através de um convite enviado pela rede social Facebook pela professora Alice Rauber, obtive conhecimento frente a um evento a ser realizado em Porto Alegre direcionado aos Moradores de Rua. Confirmei presença, sem saber ao certo de como funcionaria.

Na página oficial, denominada “Morador de Rua Existe Sim – Confraternização Musical” havia poucas informações sobre os acontecimentos do evento. Pediam para voluntários confirmarem com a turma organizadora quanto ao que trariam de lanches, refrigerantes, sucos ou água e quantidades.

Chegando lá, foi notada a presença de grande quantidade de colaboradores os quais iam recebendo os moradores de rua, que surgiam de todos os lados distribuindo a eles pratos de comidas e copos de refrigerantes. Havia também, grande quantidade de roupas a serem doadas, as quais eles puderam escolher conforme tamanhos e necessidades. Enquanto isso havia um grupo de pessoas tocando violão, batoque, pandeiro e afins e cantarolando músicas de todos os tipos. Muitos moradores de rua permaneceram no local por um longo período, participando das cantorias e tocando instrumentos, quando o sabiam fazer. Percebeu-se o brilho de felicidade no olhar dessas pessoas pois, além de receberem roupas, comidas e bebidas, estavam sendo vistos, receberam atenção, olho no olho, troca de sorrisos e histórias.

Conversei um pouco com uma das organizadoras do evento, a arquiteta Fernanda Valsecchi. Ela me informou que os organizadores não se conheciam antes da realização do evento, sendo que duas amigas lançaram a ideia, seguida do crescente surgimento de colaboradores. Ao final do evento, sobrou pouca coisa, o que deixou de fato todos realizados por terem seu objetivo alcançado, “O projeto quer demonstrar pro mundo que somos todos iguais e tentar diminuir um pouquinho que seja o impacto de tanto sofrimento causado por tanta indiferença diária”, destaca. “Se em cada cantinho alguém for solidário e ajudar da sua maneira, assim como temos recebido muito carinho, podemos sim mudar o mundo, pelo menos pra alguém.”, como pode ser lido na página oficial do grupo no Facebook.

E já estão com o próximo evento agendado para o dia 07 de outubro, no mesmo local e com o mesmo esquema de funcionamento, com músicas e lanches.

Figura 51 – Morador de Rua sobre a bancada de doações.



Fonte: Autora (2017).

Figura 52 – Decorrendo o evento.



Fonte: Autora (2017).

Figura 53 – Equipe organizadora e doadores.



Fonte: Organizador não identificado (2017).

APÊNDICE D - FILME NISE – O CORAÇÃO DA LOUCURA

Direção: Roberto Berliner

Elenco: Glória Pires, Simone Mazzer, Julio Adrião, entre outros

Nacionalidade: Brasileira

A professora Alice Rauber enquanto avaliadora da primeira Banca de Trabalho de Conclusão de Curso, sobre viabilidade de tema, terreno e programa, após meus relatos indicou um filme baseado em fatos reais a ser assistido, que leva o nome de Nise.

Nise da Silveira, médica psiquiatra que volta ao seu antigo local de trabalho após ter passado alguns anos presa, depara-se com um local abandonado e de tratamento de extrema violência para com seus pacientes. Passando por uma reunião de equipe, no qual a Dra Nise observa o jeito que deve agir com seus pacientes, diz que não o fará sendo assim encaminhada ao Setor de Terapia Ocupacional.

A sala destinada a esse atendimento funciona como depósito de tudo quanto é tipo de materiais e seus dois funcionários fazem qualquer outra coisa, menos exercer a função para a qual são pagos. A Doutora Nise chega e organiza uma limpeza geral liberando o ambiente para poder tratar seus pacientes, estes que ela nomeia de clientes. São trazidas várias pessoas que portam das mais variadas deficiências e problemas. Aos poucos, através de observações dos mesmos, da inclusão da arte e de animais, eles começam a reagir e mostrar algum talento e evolução frente ao tratamento. Ela trata a loucura com carinho e atenção, fazendo com que muitos de seus pacientes que sequer conseguiam falar, passassem a conseguir se expressar através das obras que produziam, muitas vezes demonstrando nelas o que sentiam ou que haviam passado em vida fora do hospital. Muitas dessas obras acabaram por fazer parte de uma exposição de Arte muito conhecida, e que teve grande repercussão.

A equipe médica do hospital não concordava com a forma de trabalho da Doutora e tentavam, de diversas formas, arruinar o que com muita luta ela conseguiu evoluir. Um exemplo a ser dado é quando matam todos os animais e os deixam jogados no pátio, o que acabou causando transtorno e decadência a muitos dos pacientes que não souberam lidar com a perda.

O que fica de lição frente a este filme tão comovente é o fato de que as pessoas precisam de oportunidades, precisam ser tratadas como seres humanos que merecem viver, e não como lixos ou loucos. Deve haver sensibilidade e respeito a todo e qualquer ser humano, isto que Nise demonstrou sempre ao clinicar. Considero o filme extraordinário, profundo e que nos torna sensíveis ao tema e a vida.

APÊNDICE E - PESQUISA UOL – PORQUE VOU OU NÃO AO ABRIGO/ALBERGUE

Figura 54 – Morador de Rua: José Júlio dos Santos.

José Júlio dos Santos, 55 - "É a única solução"



"Quando está frio assim, o albergue é a única solução. Mas quando fica quente é até melhor ficar na rua. Fica um calor desgraçado dentro do abrigo. O abrigo é uma imundície só, os banheiros são todos sujos, os lençóis soltam pelo, mas não tem outro jeito quando está frio demais.

Morei no Rio de Janeiro por 25 anos, sempre tive trabalho como carpinteiro, na construção. Depois voltei para minha cidade, Itambé (PE), fiquei uns quatro anos, deixei meus filhos para outros criarem no Rio [risos]. Vim para São Paulo. Tem oito anos que eu vivo na rua e durmo nos abrigos. Quando cheguei, me roubaram logo no primeiro dia, na Sé. Eu bebi e o pessoal aproveitou e levou meus documentos, minhas ferramentas. Saio para trabalhar em eventos, carregando coisa. Mesmo o abrigo sendo essa sujeira só, eu tento me manter limpo, compro meu sabonete, meu xampu, toda vez que ganho meu dinheiro.

Tomo minha cachacinha de vez em quando, mas não tenho vícios. A pessoa nunca pode ficar desanimada, as coisas sempre podem melhorar, né?"

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 55 – Moradora de Rua: Edinuza Duarte.

Edinuza Duarte, 52 - "Só vou no frio"



"No abrigo só dá para ir quando está frio, como foi essa semana. Quando está quente aquele lugar é insuportável. Eu fico sem respirar direito, naquele ar abafado. Então eu só vou quando está muito frio, igual a esta semana. Fui três vezes nesta semana porque não tinha condição de ficar na rua.

Eu morava com meu filho, mas saí de casa, porque a mulher dele batia em mim. E ela gostava de ligar televisão e o rádio em um volume muito alto, e eu não gosto de barulho. Por isso eu prefiro o silêncio da rua quando está de noite.

Já fui varredora de rua, já fui empregada doméstica. Eu queria ter meu canto, mas voltar para minha família eu não volto. Gosto de ficar sozinha"

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 56 – Morador de Rua: Jeferson José Barbosa.

Jeferson José Barbosa, 32 - "Lá tem jantar"

Reinaldo Canato/UOL



"No abrigo você tem jantar: feijão com arroz, e alguma mistura. E café da manhã, pão e café com leite. Às vezes você bebe o que eles te dão e tem que ir correndo para o banheiro por causa da diarreia. Mas não dá para dormir na rua, você fica sujeito a acontecer qualquer tipo de coisa ruim. Também não dá para dizer que é bom ficar no abrigo. Mas pelo menos a gente não fica congelando.

A maioria dos funcionários trata o pessoal com arrogância, só porque a gente está por baixo. E sempre tem os valentões entre o pessoal que dorme nos abrigos. Eu tento ficar na minha. Na rua, você não tem amizade verdadeira. Você conversa, todo mundo conta sua história, bebe pinga, mas é cada um por si. Eu sempre dormi em abrigos, desde que eu saí da casa de minha mãe.

Eu cheirava cocaína, mas era só de vez de quando, mas o que atrapalhou a vida foi mesmo álcool. Minha mãe pede para voltar, mas não dá. Eu quero ter minha casa, minha família, meu trabalho. Tem quatro anos que eu vivo na rua."

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 57 – Morador de Rua: Roberval Araújo dos Santos.

Roberval Araújo dos Santos, 30 - "Para não congelar"



"A pessoa em situação de rua só vai para o albergue quando está frio para evitar morrer congelado. Não porque gosta de ficar em lugares como esse. Aqui nós somos tratados de maneira muito desumana. Muitas vezes nós não recebemos a doação de roupas que chegam nos abrigos, a comida nem sempre é de boa qualidade, os banheiros ficam muito sujos. Os lençóis também. E se você reclamar corre o risco de ser expulso pelos seguranças. A gente sofre muita discriminação.

Eu fui escolhido por meus companheiros para ser o representante deles. Eu estou lutando para que a gente seja respeitado. Eu sou de Salvador, vim para São Paulo tocar com várias bandas, eu era percussionista e dançarino, mas viquei em cocaína e já tem seis anos que moro nas ruas. Estou me recuperando.

Eu estou trabalhando no Bom Prato, recebo uma ajuda a cada 15 dias. Já é alguma coisa. Quando não tenho nada para fazer, eu vou para biblioteca escrever minhas músicas, meus versos. Leio Alan Kardec, Monteiro Lobato, Shakespeare. Só volto para minha família quando eu estiver curado."

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 58 – Moradora de Rua: Chris Priscila.

Chris "Priscila", 42 anos - "Parece um quartel"



"Não gosto de dormir em abrigo, é tudo muito certinho, parece um quartel. E tem outra coisa: aquelas camas tudo juntinhas uma da outra me incomoda bastante. Não gosto de dormir com gente estranha ao meu lado, a gente nunca sabe o que se passa na cabeça, se vão querer fazer alguma coisa. Como é que vou tomar banho com gente que não conheço perto de mim?"

E tem a Menina Bonita, minha cachorra. Nem todo abrigo aceita que a gente leve. Teve um que aceitou, mas ficava perto da Cracolândia e eu não quero voltar para aquele ambiente.

Estou há tanto tempo na rua que não sei mais dizer quantos anos. Eu saí de casa aos 18 anos. Já me casei quatro vezes. Meu último marido foi assassinado a facadas aqui no centro. Ele me protegia, cuidava de mim. Outro dia, tive cinco convulsões em um dia só, tem menos de uma semana. Caí e machuquei a boca. Tenho dois filhos, mas não quero que eles vejam a situação que estou. Nesta semana que foi muito fria, roubaram uma das minha mantas. Se você vive na rua tem sempre que ficar de olho."

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 59 – Morador de Rua: João Vitor Gomes.

João Vitor Gomes, 19 - "Eles não respeitam as regras"

Reinaldo Canato/UOL



"Eu até iria, mas o problema é que não tem vaga. A gente liga para o pessoal dos abrigos, dizendo onde está, eles respondem dizendo que vão buscar e nunca aparecem. Fiquei em uma fila desde as 13h no abrigo Arsenal da Esperança (no bairro da Mooca), e eles me disseram que só tinha cinco senhas para gente que não era cadastrada.

O maior problema nos abrigos é que eles colocam regras e eles mesmo não a respeitam. Os funcionários gostam de tirar uma de nós, gostam de tratar como se tudo fosse ladrão, vagabundo. Eu não sou.

Eu sou de Piracicaba, passei por Santos, e cheguei a São Paulo para trabalhar. Tenho uma filha pequena, e a mãe só vai deixar vê-la se eu ajudar com a pensão. Por isso que deixei de usar drogas, de beber. Não quero passar minha vida na cadeia igual ao meu pai. Não quero que minha filha tenha a infância que eu tive.

Então estou atrás de emprego, mas como vou conseguir se eu não tenho como deixar minhas coisas, minha mala? Os abrigos acolhem a gente por dois ou três dias, não nos ajudam a procurar emprego, e depois colocam a gente para fora."

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 60 – Moradora de Rua: Érica Amorim.

Érica Amorim, 20 - "Albergue fica longe"



"Nos albergues, eles obrigam a gente a levantar muito cedo. Eles nos acordam às 6h e mandam a gente embora. Às vezes, a gente não tem para onde ir porque o albergue fica longe. Não temos dinheiro para o ônibus."

"Outra coisa que eu não gosto é que os funcionários nos tratam como se a gente fosse inferior. Não são todos, mas tem uns que não demonstram respeito pela gente, e eu não admito ser maltratada. Estou há seis anos na rua, desde que meu pai morreu. Não dá para conviver com minha mãe, no Capão Redondo. Ela é muito mandona, autoritária. Eu sei que ela fala para meu bem, mas eu prefiro minha liberdade."

"Esta semana tem sido difícil de aguentar com todo esse frio, mas a gente vai se virando. Hoje mesmo apareceu umas pessoas para ajudar, me deram um cobertor. Eu sei que minha vida vai melhorar, que eu vou sair dessa. Eu sinto."

Fonte: Uol Notícias (2016).

Figura 61 – Morador de Rua: Gleimárcio Nunes da Silva.

Gleimárcio Nunes da Silva, 33 - "Há panelinhas"

Reinaldo Carato/UOL



"No albergue é meio molhado. Você tem que se acertar com as panelinhas do pessoal mais antigo, às vezes eles pedem para levar drogas para dentro. Tem outros que jogam mandinga na gente, ou gostam de bater. Eu prefiro dormir na rua, aqui na Sé. Quando chega a meia-noite, eu durmo numa caixa perto da grade do metrô. Ninguém me incomoda. Prefiro ficar no frio.

Eu sou operador de máquina, preciso tirar um curso de qualificação, mas todo mundo pede comprovante de residência. Eu queria ter direito ao Bolsa Aluguel porque eu poderia alugar um quartinho e finalmente conseguir meu emprego. Eu não quero ficar na rua. Na rua, batem na gente, os policiais e os guardas nos maltratam, tomam nossa mercadoria. Eu mesmo vendia brinquedo, mas levaram, e agora eu vendo chocolate.

Quando dá para eu comer, eu como, gosto de comprar minha comida. O pessoal gosta de dar comida estragada para morador de rua."

Fonte: Uol Notícias (2016).